

Funcef presta contas



Relatório Anual de Atividades
2004





CAPA

A ASSESSORIA DE IMPRENSA DA FUNCEF AGRADECE PUBLICAMENTE A TODOS OS ASSOCIADOS QUE ACEITARAM A CONVOCAÇÃO FEITA, A NOSSO PEDIDO, POR MARLENE RODRIGUES DIAS, DIRETORA DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO DF E COORDENADORA DOS APOSENTADOS DA CAIXA-DF, PARA UMA SEÇÃO DE FOTOS NO PARQUE DA CIDADE, EM BRASÍLIA, NUMA FRIA MANHÃ DE SÁBADO, QUE ILUSTRA A CAPA DESTES RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES. A IDÉIA DESTA CAPA É A DE MOSTRAR A UNIÃO – FUNDAMENTAL NUMA ENTIDADE COMO A NOSSA – DOS ASSOCIADOS, HOMENS E MULHERES, ATIVOS E APOSENTADOS, QUE TÊM UM OBJETIVO COMUM: UM AMANHÃ TRANQUÍLO PARA TODOS.

SUMÁRIO



JOSÉ RENATO

LUIZ AFONSO

AGRADECIMENTO

A DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNCEF UTILIZA ESTE RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES PARA FAZER UM AGRADECIMENTO PÚBLICO A JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA, DIRETOR IMOBILIÁRIO ATÉ 05/06/2004 E A LUIZ AFONSO SIMOENS DA SILVA, DIRETOR DE FINANÇAS ATÉ 1º/7/2004. OS EXCEPCIONAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA FUNDAÇÃO TÊM, EM MUITO, A COLABORAÇÃO DE AMBOS, QUE NÃO MEDIRAM ESFORÇOS NA GESTÃO DE SUAS RESPECTIVAS DIRETORIAS.

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA	04
PALAVRA DO CONSELHO FISCAL	05
PALAVRA DO CONSELHO DELIBERATIVO	06
PRESIDÊNCIA MOSTRA O DESEMPENHO	07
DIRETORIA DE FINANÇAS	12
DIRETORIA DE BENEFÍCIOS	17
DIRETORIA IMOBILIÁRIA	22
DIRETORIA DE CONTROLADORIA	27
RETROSPECTIVA	32
NOTAS EXPLICATIVAS E BALANÇOS	38
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	70
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO	72
PARECER DO CONSELHO FISCAL	73



DIRETORIA EXECUTIVA

COMPROMISSO COM RESULTADO E TRANSPARÊNCIA

O resultado expressivo das aplicações da FUNCEF em 2004 é importante, mas não é apenas isso que a Diretoria Executiva deve apresentar a seus participantes. Foi um ano em que se avançou, e muito, na ampliação de abertura de canais de participação dos associados nos destinos da Fundação e na busca de solução para as pendências históricas que afetam os seus Planos de Benefícios.

Pela primeira vez, foi definido como norma da fundação que os cargos de conselheiros da FUNCEF, nas empresas com participação acionária relevante, poderão ser ocupados por um dos mais de 73 mil associados, desde que preencham requisitos e se qualifiquem para o cargo. Esta gestão acabou com as indicações pouco transparentes e abriu a possibilidade para que todos possam se candidatar.

Nessa linha, as pautas das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo e as respectivas decisões podem ser acompanhados por todos, pela Internet. O compromisso com os resultados financeiros precisa e tem de estar umbilicalmente ligado com a boa governança e a

transparência total dos atos dos dirigentes, conselheiros e funcionários em geral.

Nesta perspectiva, apresentamos o Relatório de Atividades de 2004 da FUNCEF, que procura fazer um apanhado geral das atividades, bem como mostrar a interação com os participantes, mas deixando claro que o muito que se fez precisa ser ampliado e melhorado. E isso só dará bons frutos com a efetiva participação dos verdadeiros donos da FUNCEF: os seus participantes, detentores de um patrimônio que fecha o ano somando R\$ 18,41 bilhões.

O compromisso com a lisura na condução dos negócios da Fundação e com a busca da rentabilidade adequada para fazer face aos compromissos atuariais são pilares dos quais a Diretoria Executiva não pode se afastar – e não se afastará, pois sabe que está gerindo recursos dos associados, que contam com a boa gestão para assegurar um futuro tranqüilo para todos.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA, PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNCEF

CONSELHO FISCAL

MONITORAR E FISCALIZAR AS ATIVIDADES DA FUNCEF

O Conselho Fiscal, além das atribuições que lhe são inerentes, em qualquer instituição, adquiriu, no caso dos fundos de pensão, novas e importantes responsabilidades, principalmente com o advento da Resolução CGPC nº 13/2004 e da Resolução CMN nº 3.121/2003, regulamentadas pela Resolução CGPC nº 7/2003 e pela Instrução Normativa SPC nº 4/2003, referentes à política de investimentos e ao controle de riscos das entidades de previdência complementar.

Trata-se de um trabalho novo e, por isso mesmo, não há fórmulas ou paradigmas preestabelecidos, sendo necessário criar e aperfeiçoar esses mecanismos.

Desde que assumimos nossas funções no Conselho Fiscal, entendemos que o nosso papel não deveria se restringir a uma atitude reativa ou de mera constatação dos fatos, mas de prevenção e monitoramento constante das atividades desempenhadas pela Fundação, visando obter os melhores resultados possíveis.

Durante o ano de 2004, várias medidas importantes foram tomadas pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva, com o intuito de dar maior segurança e transparência na aplicação dos recur-

sos da FUNCEF. Dentre elas podemos citar a provisão para perda de empreendimentos problemáticos, a implantação do *FUNCEF Conforme*, a elaboração e aprovação de um Código de Ética, a publicação regular dos investimentos e seu desempenho, dos dados contábeis e, mais recentemente, a eleição dos conselheiros nas empresas e fundos em que a FUNCEF tem participação.

Vale ressaltar que, mesmo com a provisão para perda, a atual administração não tem negligenciado tais ativos, sempre buscando sua recuperação total ou parcial. Prova disso é o trabalho que vem sendo feito na área imobiliária e o tratamento dado ao caso da Brasil Ferrovias. Neste, além de não descuidar da preocupação dos participantes com a segurança do retorno do investimento, consideramos também a importância de recuperar o investimento, por sua monta e importância econômica e social.

O nosso trabalho no Conselho Fiscal, atento e discreto, como achamos que deve ser, tem contado com o apoio e a colaboração da Diretoria no seu todo. Apesar disso, estamos buscando, Diretoria e Conselhos, maior interação e maior tempestividade das informações.

No momento, estamos todos empenhados na solução da implantação de um novo plano de benefícios e na revisão do estatuto da FUNCEF, demandas urgentes e inadiáveis dos participantes e assistidos.

JOSÉ MIGUEL CORREIA,
PRESIDENTE DO CONSELHO
FISCAL DA FUNCEF



CONSELHO DELIBERATIVO

O CONSELHO DELIBERATIVO E A GOVERNANÇA CORPORATIVA



No exercício de 2004, o Conselho Deliberativo (CD) realizou 20 reuniões, sendo treze ordinárias e sete extraordinárias. Com postura diligente, o conselho foi palco de várias decisões estratégicas, com definições de diretrizes para as áreas de benefícios e de investimentos, apoiando a Diretoria Executiva em muitos projetos de recuperação de investimentos.

Por ser um conselho paritário, composto por três representantes da instituidora-patrocinadora, a Caixa, e três conselheiros eleitos pelos participantes, sempre se procurou obter o consenso nas decisões em busca da melhor governança corporativa e na defesa do patrimônio dos mais de 73 mil associados e da instituidora-patrocinadora.

O CD tem sido incansável na adoção das melhores práticas de governança, no entendimento de que esta é a forma que garantirá a perpetuidade da Fundação e o crescimento do patrimônio sob sua responsabilidade, com foco no cumprimento e superação da meta atuarial.

Nesse sentido, abriu-se ao associado a possibilidade de acompanhar de perto a gestão da FUNCEF. Dentre as deliberações adotadas, destacam-se as que compreenderam a publicação das pautas e dos resultados das reuniões no *site* da FUNCEF. Além disso, aprovou-se, em outubro de 2004, a constituição de um Grupo de Trabalho para elaborar a proposta de uma ampla revisão do Estatuto. O grupo teve uma composição tripartite, com integrantes da patrocinadora, dos participantes e da FUNCEF.

Entendendo que a participação de todos é vital para o alcance de um estado de plena governança, conclamamos a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, as entidades representativas, a instituidora-patrocinadora e os associados em geral a continuarmos na firme caminhada rumo a esse objetivo.

JOÃO DORNELLES, PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNCEF

PRESIDÊNCIA

FUNCEF TEM
RENTABILIDADE
DE 10 PONTOS
PERCENTUAIS
ACIMA DA META
EM 2004

A FUNCEF garantiu, em 2004, grandes conquistas para seus associados. Balanço financeiro recorde, negociação do novo plano de benefícios com a patrocinadora, medidas para aprimorar a governança corporativa e criação de mecanismos de participação dos associados: os avanços indicam que administrar de forma ética e investir com transparência é o caminho mais adequado para construir uma relação cada vez mais sólida e confiável com os participantes.

O ano foi pautado pelas negociações em torno do formato e das regras do novo plano, uma demanda histórica dos associados. A FUNCEF concluiu estudos sobre a expectativa de vida dos participantes, a relação atuarial entre ativos e passivos e o modelo de saldamento dos planos REB e REG/REPLAN. O novo plano entrou em fase de negociação com a patrocinadora (Caixa Econômica Federal) e os participantes. A questão principal a ser enfrentada diz respeito à definição sobre a forma de saldamento do REG/REPLAN.



De acordo com o presidente da Fundação, Guilherme Narciso de Lacerda, a solução representa um salto de qualidade para a aposentadoria dos associados. “Estamos fechando um ciclo de incertezas e insegurança sobre os planos já existentes. Com o novo plano, todos os participantes terão um tratamento adequado, um retorno financeiro à altura das expectativas”, aposta.

A necessidade de ajuste dos planos levaram a FUNCEF a constituir um fundo previdenciário para assegurar o saldamento e a adesão ao novo plano. O lastro de R\$ 5,33 bilhões foi obtido com os recursos provenientes do acordo feito com a Caixa, no início de 2003, para pagamento de dívidas da patrocinadora e com os resultados do Reg/Replan acumulados em 2003 e 2004, que já somam R\$ 1,97 bilhão.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Além de investir no desenho do novo plano, a direção da FUNCEF também trabalhou com rigor e inteligência para gerar lucratividade nas operações. Os resultados são expressivos: a rentabilidade foi de 22,68%, dez pontos percentuais acima da meta atuarial, um dos melhores resultados na história do fundo.

O quadro positivo é resultado de um desempenho excepcional em praticamente todos os investimentos

no ano passado. Na renda fixa, a FUNCEF soube aproveitar o momento de alta na taxa de juros do País nas operações com títulos públicos. Os negócios com renda variável também apresentaram resultados acima da média. Os destaques foram as ações da Companhia Vale do Rio Doce, que concentram 8,51% dos investimentos da Fundação.

SUPERÁVIT DA CARTEIRA DE IMÓVEIS

A FUNCEF conseguiu, ainda, reverter o resultado negativo da carteira de imóveis que, no passado, puxava as contas para baixo devido a investimentos mal estruturados. Em 2004, o seu balanço ficou acima da meta atuarial. Trata-se de resultado significativo, sobretudo porque os números positivos não foram provocados apenas por uma reavaliação na carteira, mas consequência de rendimentos efetivos.

A entidade se reaproximou da administração dos empreendimentos e implementou novos mecanismos de governança corporativa nos hotéis e shopping centers. Em alguns casos, foram designados representantes para acompanhar de perto a gestão do empreendimento. Os contratos de locação passaram por uma reavaliação e muitos deles foram revisados. Houve, também, uma política agressiva para a redu-

ção no índice de vacância, em relação a 2003.

A rentabilidade recorde em 2004 também é consequência da política de diversificação dos investimentos. Guilherme Lacerda conta que várias alternativas foram prospectadas e, de acordo com as projeções dos cenários econômicos, a FUNCEF valorizou os Fundos de Investimento em Participações (FIPs). “São investimentos dotados de rígidos mecanismos de segurança, uma boa alternativa caso a tendência de redução na taxa de juros se confirme”, afirma.

INVESTIMENTOS NA BRASIL FERROVIAS

A Diretoria Executiva aprovou a participação em quatro grandes FIPs no último ano. Um deles, voltado para projetos de infra-estrutura, ainda está em fase de elaboração e terá o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como um dos participantes, uma sinalização positiva para investidores estrangeiros. A FUNCEF também aderiu ao consórcio de investidores que criou a Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP).

Os investimentos nos FIPs buscaram aliar o potencial de rentabilidade com o desenvolvimento do País. O Fundo Brasil Energia, criado para fomentar o setor elétrico, vai receber R\$ 165 milhões da Fundação. A decisão de reestruturar a Brasil Ferrovias

– *holding* formada pelas empresas Ferrobán, Novoes-
te e Ferronorte, que atravessa grave crise financeira
– também foi determinada por esse critério.

A Fundação é acionista das três empresas. Após as
privatizações do setor ferroviário, elas sofreram uma
forte desvalorização e a FUNCEF contabilizou como
valor zero o investimento, pelo fato de as empresas es-
tarem com o patrimônio líquido negativo. No entanto,
em outubro de 2004, foi assinado protocolo de inten-
ções com a também sócia Previ (fundo de pensão dos
funcionários do Banco do Brasil) e o Banco Nacional
de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
para renegociar as dívidas das empresas e evitar a
quebra da *holding*. As negociações com o BNDES es-
tão em andamento e objetivam uma solução definitiva
para as empresas, de forma que os investimentos feitos
possam ser recuperados.

Guilherme Lacerda sustenta que as empresas
têm um grande potencial, mas o atual fluxo de
caixa não tem conseguido honrar o pagamento
das dívidas. Segundo ele, a FUNCEF vem ado-
tando medidas para recuperar a *holding* como,
por exemplo, a elaboração de um termo de ajuste
de conduta a ser seguido pela administração e a
solução dos impasses relacionados ao acesso ao
Porto de Santos, o principal do País. “Como se

trata de concessões públicas, a situação não pode
ser resolvida apenas com pedido de concordata ou
falência”, explica.

A iniciativa faz parte de uma política, iniciada
em 2004, de recuperar investimentos anteriores
classificados como perdidos. O presidente da Funda-
ção afirma que a Brasil Ferrovias se enquadra nesse
caso e o seu saneamento é fundamental, tanto para
resgatar os investimentos dos participantes como
para estimular o crescimento do País, pois a em-
presa vai contribuir para melhorar o escoamento da
produção agrícola e indus-
trial. “Estamos certos de
que os associados vão se
beneficiar, em longo prazo,
do resultado dos investi-
mentos que estamos fazen-
do agora para recuperar as
empresas” afirma.

PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2004, a FUNCEF participou ativamente das
discussões sobre a estrutura de regulação dos fun-
dos de pensão, a partir da nova legislação do setor.
Muito se modificou, mas ainda assim algumas das
regras atuais não se adequaram à evolução da ativi-

dade e, tampouco, contemplam as diferentes estru-
turas das entidades fechadas de previdência.

Os gastos administrativos de um fundo de pensão,
por exemplo, não podem ultrapassar 15% do total da
receita obtida ao longo do ano. A Fundação registrou,
em 2004, uma despesa administrativa de 18% em re-
lação à receita total, mas, em termos reais, o gasto foi
menor em relação a 2003.

Lacerda ressalta que dois vetores foram res-
ponsáveis por onerar as despesas administrativas:
a implantação de tecnologias necessárias para me-

“COM O NOVO PLANO, ESTAMOS FECHANDO
UM CICLO DE INCERTEZAS. TODOS OS
PARTICIPANTES TERÃO UM RETORNO
FINANCEIRO À ALTURA DAS EXPECTATIVAS”,
GARANTE O PRESIDENTE DA FUNCEF

lhorar a qualidade das ações da FUNCEF, como o
TotalPrev – que vinha se arrastando desde 1999
– e a contratação de escritórios especializados para
resolver os contenciosos jurídicos, entre os quais al-
guns que possibilitaram retomar empreendimentos
que estavam embargados pela Justiça. “Fizemos um
controle rigoroso, não só nos processos administra-

tivos, mas também nos grupos de trabalho criados para auxiliar nossas políticas”.

O Conselho Deliberativo aprovou, no fim de 2004, a constituição de um grupo de trabalho para modernizar o estatuto da Fundação, que deverá reu-

nir representantes da FUNCEF, da patrocinadora e dos participantes. A proposta foi enviada à direção da Caixa e, assim que for ratificada, serão programadas reuniões com entidades ligadas aos associados, para debater o tema.

PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E GUILHERME LACERDA EM SOLENIDADE DE LANÇAMENTO DO FUNDO BRASIL ENERGIA, NO PALÁCIO DO PLANALTO



PARTICIPAÇÃO DO ASSOCIADO

No último ano, a FUNCEF promoveu ações para intensificar e aperfeiçoar os canais de interação com os associados. Foi implementada uma estrutura específica para atender às necessidades dos participantes, a Coordenadoria de Relacionamento, e criada a Sala do Associado, a ser inaugurada em 2005.

A atual diretoria melhorou o acesso dos associados à página da instituição na Internet. Agora, o participante tem como saber de todas as decisões, tanto da Diretoria Executiva quanto do Conselho Deliberativo. A revista da Fundação foi reformulada e o boletim eletrônico *FUNCEF Online* ganhou periodicidade quinzenal.

Apesar dos avanços, o presidente da FUNCEF avalia que a comunicação interna tem de passar por um processo de qualificação. “Temos muito que melhorar, pois ainda existem pontos frágeis, que precisam ser vencidos. Como 2004 foi um ano de discussões do novo plano, e ainda existem muitas pendências antigas, recebemos grande procura por esclarecimentos, que evidenciaram a urgência de aperfeiçoarmos os canais de interação com os participantes”, avalia Guilherme Lacerda.

Nesse sentido, os instrumentos de comunicação deverão atingir, em 2005, os funcionários da Caixa que

ainda não aderiram ao fundo de pensão. São 11 mil funcionários que estão à margem dos planos existentes. Tão logo o processo de criação do novo plano for concluído, a Diretoria Executiva pretende atrair esse contingente de pessoas.

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

A estratégia para sedimentar um relacionamento capaz de proporcionar confiabilidade e segurança aos 73 mil associados levou a Diretoria Executiva a adotar, em 2004, várias medidas de governança corporativa. A principal delas foi a criação do Código de Conduta Corporativa, que consolidou uma marca registrada desta gestão: ética e transparência nas relações com os participantes.

Quatro auditores da Caixa foram colocados à disposição do Ministério Público Federal na investigação de investimentos feitos nas gestões anteriores. A iniciativa contou com o apoio da Diretoria Executiva, que já havia criado a Comissão Permanente de Acompanhamento de Procedimentos Administrativos, Investigativos e Judiciais, para fazer a interlocução com os órgãos de fiscalização do governo federal. “Nosso objetivo é tornar transparentes as informações e os atos de gestão. Para isso, estamos empenhados em fornecer todas as informações para apurar possíveis irregularidades porventura

existentes em qualquer época”, assinala Lacerda.

A FUNCEF também trabalhou em conjunto com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), na perspectiva de fortalecer o sistema e contribuir para um modelo de gestão cada vez mais democrático no setor. Foi aberto, ainda, importante canal com os investidores estrangeiros, durante o 2º *Seminário Internacional de Fundos de Pensão*, ocorrido em julho, no Rio de Janeiro.

O evento contou com a presença de fundos de pensão das Américas do Sul e do Norte, Europa e Ásia, além de representações de investidores institucionais, de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de diversos ministros. Representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, fez o encerramento do seminário, falando das potencialidades para investimentos estrangeiros no Brasil.

Na opinião do presidente da FUNCEF, os fundos de pensão do País ainda possuem hoje uma imagem desgastada, produto das gestões desastrosas que ocorreram no passado. “É preciso demonstrar à sociedade a importância dos fundos de pensão, como formadores da poupança necessária ao desenvolvimento nacional e como alternativa para complementar as aposentadorias”, defende.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Guilherme Lacerda considera também que os fundos de pensão, responsáveis por 17% do PIB, têm um papel importante no crescimento produtivo do País. Essa contribuição pode se tornar ainda mais efetiva com o projeto de Parcerias Público-Privadas (PPPs), recentemente aprovado pelo Congresso Nacional. Porém, ele alerta que a política de investimentos deve, necessariamente, priorizar os interesses dos participantes.

O presidente da FUNCEF participou das audiências públicas que o Congresso Nacional promoveu. Ele avalia que as garantias apresentadas pelo governo federal tornaram a proposta consistente, mas entende que é necessário aguardar a regulamentação do projeto.

Ele não tem dúvida de que a Fundação estará cada vez mais preparada para garantir um futuro tranquilo para as famílias dos funcionários da Caixa, a partir da aprovação do novo plano de benefícios e do aprofundamento crescente do rigor ético no trato dos recursos dos participantes. “Queremos deixar como legado a consolidação de princípios efetivos de governança, guiados pela interlocução com os associados, que são os verdadeiros donos do fundo de pensão”, conclui Guilherme Lacerda.



DIFIN PROMOVE
RECUPERAÇÃO
DE INVESTIMENTOS
E ATINGE
EXCELENTE
RENTABILIDADE
EM 2004

A FUNCEF fechou o ano de 2004 com muitos motivos para comemorar. O desempenho da Diretoria de Finanças (Difin) superou as expectativas. Os investimentos alcançaram rentabilidade de 22,68%, ampliando o faturamento para R\$ 17,7 bilhões. O valor é R\$ 3,3 bilhões superior ao saldo de 2003 e, pelo segundo ano consecutivo, apresenta rentabilidade acima da meta atuarial.

O balanço favorável é resultado das diretrizes implementadas pela Diretoria de Finanças. A estratégia: alongar o vencimento das aplicações em renda fixa e buscar recuperar alguns investimentos da década de 1990 que apresentam resultados abaixo do esperado. A Difin foi responsável por investir R\$ 15,3 bilhões, ou 86,8% dos investimentos da FUNCEF. Dos valores totais, 68,6% foram alocados em renda fixa e 18,2% em renda variável, sendo 8,5 pontos percentuais em mercado de ações e 9,7 em participações. O restante foi direcionado às carteiras imobiliária e de operações com os participantes.

Embora os cenários anteriores a 2004 apontassem para a diminuição dos investimentos em renda variável, que inclui a carteira de participações e as aplicações na Bolsa de Valores, a diretoria refez as projeções e, com a aprovação do Conselho Deliberativo, manteve as posições. Os números comprovam que a decisão foi acertada: a rentabilidade da carteira de renda variável alcançou 55,49%, impulsionada, principalmente, pelas participações, mas o segmento de ações em mercado também fechou o ano com rentabilidade acima da carteira de renda fixa.

MUDANÇAS COM CAUTELA

Segundo o diretor de Finanças, Demóstenes Marques, a FUNCEF soube aproveitar o momento de crescimento na economia do País e de estabilidade no mercado financeiro. “Poderíamos até ter alocações com volumes maiores em renda variável, mas enquanto o mercado passa por esse processo de amadurecimento, a mudança no perfil da carteira deve ocorrer com cautela, principalmente enquanto os juros permanecerem em patamares elevados”, afirma.

Os investimentos em renda fixa também tiveram desempenho acima da taxa Selic média de 2004. As

aplicações foram concentradas em títulos públicos. Mesmo com reduzido nível de risco, essas aplicações apresentaram rentabilidade de 17,96%, índice superior à meta atuarial da FUNCEF, que foi de 12,65%, em 2004.

RECUPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Apesar de não ter promovido nenhuma mudança estrutural em relação à gestão anterior, a atual Diretoria de Finanças decidiu realizar um amplo trabalho de recuperação dos investimentos. A prioridade foi dada, entre aqueles que já estavam provisionados para perda ou com rentabilidade abaixo da esperada, aos de maiores montantes e aos que apresentavam perspectivas concretas de renegociação, a exemplo das empresas de telefonia.

A FUNCEF detinha, desde 1996, 17,43% das debêntures da Teletrust, sociedade criada com a finalidade de captar recursos para aquisição de linhas telefônicas. Com as privatizações no setor, as ações em carteira perderam a rentabilidade e já estavam, desde 1998, 100% provisionadas para perda. Sem perspectiva de solução em curto prazo para o processo de falência da companhia, a Fundação, juntamente com os demais co-investidores, aderiu a um acordo, com o acompanhamento do Ministério Pú-

blico, e recuperou R\$ 5 milhões dos R\$ 30 milhões que haviam sido investidos.

Em dezembro de 2004, a Difin solucionou parcialmente outro contencioso, relativo a um investimento de 1997 na Companhia de Energia Cata-guazes Leopoldina. A FUNCEF detinha três opções de venda, com ações judiciais em andamento por não terem sido honradas pelos compradores. Por meio de acordo, foi possível resolver a maior das opções, que representava, aproximadamente, 60% do total de ações. A iniciativa rendeu R\$ 32 milhões à Fundação, que, agora, está se reunindo com os outros dois acionistas para tentar resolver as opções que não foram honradas.

BRASIL TELECOM E BRASIL FERROVIAS

Há, ainda, duas grandes operações em curso que podem resultar na recuperação de antigos investimentos. Uma delas é o Fundo Investidores Institucionais (antigo Fundo Opportunity), cujo principal investimento é a Brasil Telecom. O contrato feito em 1998, pelas gestões anteriores, não previa garantias de liquidez, mas, no ano passado, a FUNCEF, juntamente com alguns co-investidores, deu início às negociações para implementar condições de governança, retomar o controle sobre os ativos investidos e propiciar o retorno dos recursos aos investidores.

No caso da Brasil Ferrovias, foi assinado protocolo de intenções com o BNDES e a Previ para reestruturar a *holding* que controla a Ferrobán, Novoeste e Ferronorte. O valor do investimento original do fundo de pensão dos funcionários da Caixa, corrigido atuarialmente, supera os R\$ 450 milhões. “Estamos implementando uma gestão proativa, que busca solucionar esses contenciosos da forma mais rápida e segura possível. Essas ações, quando finalizadas, vão render um grande aporte financeiro”, garante Demóstenes Marques.

A Difin também deu atenção especial a alguns ativos que vinham apresentando um quadro de pouca rentabilidade. No segundo semestre de 2004, por exemplo, tiveram início negociações para a venda da participação na Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro (CEG). Finalizada em 2005, a operação, realizada na Bolsa de Valores, rendeu aproximadamente R\$ 41 milhões, valor superior ao preço que vinha sendo praticado pelo mercado antes da transação.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A proposta de política de investimentos, encaminhada pelas três diretorias que realizam investimentos (Difin, Dimob e Diben) e relatada pela Difin ao



DIRETOR DEMÓSTHENES MARQUES, O PRESIDENTE DA CAIXA JORGE MATTOSO, PRESIDENTE DO CD JOÃO DORNELES, PRESIDENTE GUILHERME LACERDA E DIRETOR JORGE ARRAES

Conselho Deliberativo, foi ratificada praticamente na íntegra, em outubro de 2004. Uma única mudança foi feita: em vez de estabelecer limite prévio para as aplicações nos Fundos de Investimento em Participações (FIPs), o Conselho optou por avaliar cada proposta individualmente.

De acordo com Marques, esse tipo de investimento é interessante, no momento, porque a atual conjuntura econômica do País aponta para uma gradual redução na taxa de juros. A legislação do setor, criada em 2003, fixa o limite da participação dos fundos de pensão em 25% das cotas. "São investimentos com boa possibilidade de rentabilidade em longo prazo, maiores até que outras formas de investimento. Acreditamos que este é um bom momento para se negociar, enquanto as taxas de juros ainda estão elevadas", explica o diretor de Finanças.

Em 2004, a FUNCEF deu a largada em alguns projetos de investimento de longo prazo no setor produtivo da economia. Juntamente com outros cinco fundos de pensão, criou a Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP) para comprar e alugar equipamentos de prospecção e extração de petróleo. Cada fundação participou com R\$ 30 milhões. Foi fechado contrato com a

Petrobrás, com duração de dez anos. A remuneração deve ficar acima da meta atuarial, já que o patamar mínimo de rentabilidade esperado é o IGP-M mais 9% ao ano.

RENTABILIDADE

	2002			2003			2004		
	R\$ milhões	%	Referência	R\$ milhões	%	Referência	R\$ milhões	%	Referência
RENTA FIXA	684	19,7	19,2% (1)	1.748	26,6	23,3% (1)	1.856	18,0	16,2% (1)
RENTA VARIÁVEL	340	15,6	-17,0% (2)	616	27,0	97,1% (2)	1.176	55,5	17,7% (2)
IMÓVEIS	318	22,6	21,6% (3)	16	0,8	17,1% (3)	209	14,7	12,6% (3)
OP. PARTICIPANTES	105	18,0	21,6% (3)	133	20,4	17,1% (3)	100	12,1	12,6% (3)
TOTAL	1.500	19,5	21,6% (3)	2.513	21,7	17,1% (3)	3.341	22,7	12,6% (3)

(1) SELIC; (2) IBOVESPA; (3) ATUARIAL (INPC + 6%)

FONTE: DICON/FUNCEF

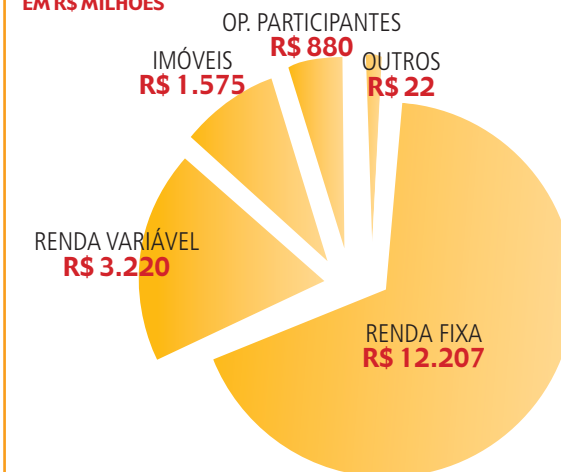
FUNDO BRASIL ENERGIA

Já o Fundo Brasil Energia, lançado no fim do ano passado, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para impulsionar as empresas do setor elétrico, recebeu a subscrição de R\$ 165 milhões da FUNCEF, que participou desde o início de sua formação. O projeto pode propiciar a geração de 3,3 mil megawatts e reduzir e a emissão de cerca de 25 milhões de toneladas de gás carbônico.

A Diretoria Executiva também aprovou a adesão, no ano passado, ao FIP Dínamo Puma II – com foco de investimento em empresas de médio porte com potencial de crescimento – que também captou R\$ 200 milhões em capital estrangeiro. Participa, ainda, da formação de um FIP proposto pelo Ban-

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

EM R\$ MILHÕES



FONTE: DICON/FUNCEF

co Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo gestor é o Banco ABN-AMRO.

Mas, para minimizar os riscos financeiros com os FIPs e demais operações de sua carteira de ativos, a instituição vem exigindo dispositivos de governança mais eficazes e transparentes. Assim, cada cotista tem poder de decisão proporcional ao seu investimento nos contratos celebrados. “Essa medida busca o controle sobre os rumos dos empreendimentos nos quais participamos”, esclarece Demóstenes Marques.



TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

As indicações para os cargos de conselheiro nas empresas em que a FUNCEF participa também sofreram mudanças. Por iniciativa de um voto apresentado pelos conselheiros eleitos pelos participantes, os associados podem se candidatar, via Internet, para acompanhar e participar das deliberações nessas corporações. O novo sistema já começou a funcionar: das últimas 21 vagas, 17 conselheiros foram escolhidos por meio desse processo.

Marques esclarece que a iniciativa permite maior intercâmbio com os participantes, que se sentem diretamente responsáveis pelos investimentos realizados. “Os empregados da Caixa acumulam grande experiência sobre questões econômicas e administrativas, e adquirem o perfil adequado para nos auxiliar no acompanhamento dos investimentos”, justifica. Segundo ele, em 2005, a Difin pretende estreitar o relacionamento com os associados e agregar suas contribuições na gestão dos recursos.

PROJEÇÃO DE CENÁRIOS

A criação da estrutura de Coordenação de Cenários foi uma das inovações implementadas, em 2004. Subordinada à Gerência de Análise de Investimentos, a equipe examina e projeta cenários macroeconômicos, estratégia fundamental para as análises da Difin

sobre os investimentos futuros. A reativação do Comitê de Investimentos (Comin), que deve passar por uma reformulação na revisão do Estatuto da FUNCEF, garantiu, ainda, uma participação mais equânime de todas as diretorias nas decisões financeiras.

Na avaliação do diretor de Finanças, as medidas de governança foram primordiais para o pronto cumprimento das três premissas indispensáveis para os investimentos: segurança, rentabilidade e liquidez compatível com as obrigações do passivo. Marques explica que os resultados superiores às metas atuariais obtidos nos últimos dois anos vão contribuir para a atualização da tábua atuarial – uma antiga necessidade – e a formatação de um plano de previdência mais vantajoso para os participantes.

Segundo o titular da Difin, a meta é buscar rentabilidade em todos os projetos, com níveis de risco adequados ao perfil da Fundação, a fim de garantir o melhor plano de benefícios possível para os associados.

Apesar da recente escalada na taxa de juros do País, ele acredita na reversão dessa tendência. Segundo ele, se as diretrizes do Poder Executivo vierem alinhadas com as perspectivas de crescimento sustentável do Brasil, os fundos de pensão podem encontrar um ambiente favorável à realização dos investimentos, como ocorreu em 2004, contribuindo para o desenvolvimento da economia nacional.



NOVO PLANO PROMETE VIDA NOVA PARA A FUNCEF E SEUS ASSOCIADOS

O ano de 2004 foi marcado por um intenso trabalho da Diretoria de Benefícios e Administração (Diben) para adequação dos planos de benefícios às determinações da Lei Complementar nº 109/2002. Em agosto do ano passado, a proposta foi protocolada na Secretaria de Previdência Complementar (SPC), com as mudanças exigidas por lei, que não constavam nos planos já existentes, como a portabilidade, o resgate e o benefício proporcional diferido. A expectativa é de que até o fim de 2005 a proposta seja aprovada pelos órgãos governamentais competentes.

A Diben também trabalhou na preparação do novo plano para os associados da FUNCEF. Um grupo de trabalho tripartite formado por representantes dos participantes, da patrocinadora e da Fundação discutiu o assunto ao longo de todo o último ano e, no mês de março, o texto final foi ratificado pela Diretoria Executiva e encaminhado à Caixa Econômica Federal.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO ANO DE 2004



Somente a partir daí a instituição estará autorizada a oferecer o novo plano aos atuais associados e demais funcionários que ainda não estão cobertos pela previdência complementar da instituição.

GÊNESE DO NOVO PLANO

O diretor de Benefícios e Administração, Sérgio Francisco, explica que o plano foi pensado para corrigir as distorções existentes nos planos que estão em vigor. O REB e o REG/REPLAN não se adequaram às alterações ocorridas no Plano de Cargos e Salários (PCS) da Caixa ao longo do tempo. O principal problema ocorreu em 2002, no início da migração dos participantes do REG/Replan para o REB.

A metodologia escolhida foi a migração, que apresentou várias inconsistências jurídicas e aumentou o risco financeiro para os participantes que optaram por permanecer no REG/REPLAN. Caso esse plano fosse mantido nas mesmas condições, tanto a patrocinadora como os participantes teriam de arcar com um aumento de até 100% em suas contribuições.

Diante desse problema, o grupo de trabalho se debruçou em estudos e projeções na busca de uma solução diferenciada. A saída encontrada foi o saldamento, modelo que permite a opção pela nova regra sem mi-

gração de patrimônio, ou seja, o direito previdenciário acumulado pelo participante ativo é preservado no plano de origem. Assim, ao se aposentar, o associado recebe os recursos referentes ao plano para que contribua, REB ou REG/REPLAN, mais os benefícios acumulados do novo plano e do INSS.

MODELO MAIS JUSTO

Com o saldamento, a FUNCEF pretende solucionar quase todas as pendências e questionamentos dos planos anteriores. Segundo Sérgio Francisco, o modelo a ser implementado dará mais segurança aos participantes, que poderão construir uma poupança sólida. "A distribuição de renda será mais justa, o que vai trazer rentabilidade e tranquilidade para todos os associados", explica.

As novas regras foram amplamente debatidas com os participantes. A Diretoria Executiva, em 2004, organizou uma verdadeira caravana por oito estados para apresentar a proposta e tirar dúvidas com os participantes ativos e aposentados.

Durante o período de discussão e formatação, foi criado o Fundo Previdenciário, que conta, atualmente, com saldo de, aproximadamente, R\$ 5,3 bilhões. Esses recursos vão garantir parte do lastro necessário para a implantação do novo plano.

Uma parte desse fundo será utilizada para alterar premissas atuariais que vinham sendo empregadas. Nesse sentido, a Diben está propondo a atualização da principal premissa atuarial que é a tábua de sobrevivência.

COORDENADORIA DE RELACIONAMENTO

Além dos esforços para arquitetar o novo plano, a Diben se concentrou, em 2004, no aprimoramento dos canais de interação com os participantes. Quando assumiu a diretoria, em março de 2003, Sérgio Francisco constatou diversas falhas na estrutura de atendimento aos associados. Para superar essas deficiências, foi criada a Coordenadoria de Relacionamento (Corel), órgão voltado exclusivamente para os participantes. A Corel foi idealizada e formatada em 2003 e implementada ao longo do ano passado.

Uma das atribuições da unidade é administrar a entrada e a saída de informações aos associados. A Corel conta com uma equipe de aproximadamente 60 pessoas, em Brasília e nos escritórios de representação nos estados.

Sérgio Francisco explica que a Diben também teve a preocupação de lançar um novo olhar para a cultura administrativa. “Nossa política coloca a Corel como agente ativo, ciente de que a razão

da existência da Fundação é o participante. Não podemos mais ter funcionários com perfil exclusivamente técnico”, diz. O diretor de Benefícios e Administração lembra que, devido à natureza dos fundos de pensão, os responsáveis pelo atendimento, têm, necessariamente, de ser sensíveis às demandas dos associados.

A Corel possui 12 representações regionais espalhadas pelo País e, entre estas, as unidades de Brasília, Minas Gerais e São Paulo já foram reformuladas. O processo de mudanças compreende a contratação e a qualificação de novos funcionários e a reorganização do espaço físico de funcionamento. Os resultados obtidos indicam que a aprovação dos participantes é total.

RESULTADOS OBTIDOS PELA COREL

O número de acessos ao serviço 0800, por exemplo, saiu de 2,5 mil ligações mensais para quase 9 mil. Na Internet, os números também são expressivos: a FUNCEF recebia, até o início de 2004, cerca de 50 e-mails por mês; atualmente, a média de mensagens já superou a marca de mil participantes. O endereço eletrônico www.funcef.com.br recebeu, em 2003, 30 mil visitas. Esse número de acessos saltou, no ano passado, para 500 mil.

De acordo com Sérgio Francisco, em 2005, a Diben pretende intensificar o atendimento aos participantes por meio da Internet. “O acesso é mais fácil, mais barato e mais ágil e, além disso, tem um alto caráter sigiloso”, diz. Ele explica que a FUNCEF está colocando os principais produtos e notícias na página da Internet e que essa política, aliada aos avanços da Corel, vai garantir um relacionamento entre a Fundação e os associados cada vez mais estreito e produtivo.

EFEITO TOTALPREV

A implementação do sistema Totalprev foi outro avanço importante no funcionamento da Diben. Trata-se de um banco de dados totalmente integrado e que atua em tempo real, interligando o conjunto das unidades da FUNCEF. Antes da inauguração do novo ambiente operacional, os computadores trabalhavam, simultaneamente, com vários sistemas diferentes, o que gerava uma situação de confinamento das informações.

Segundo o titular da Diben, a mudança possibilitou o aperfeiçoamento e a atualização do cadastro dos participantes, assim como a melhoria do desempenho da instituição como um todo. “O cadastro é o coração de um fundo de pensão.

Com o Totalprev, conseguimos proceder à revisão de benefícios, informações e dados”, afirma.

Sérgio Francisco constata ainda que, a partir da introdução da nova tecnologia, a FUNCEF passou por um processo de democratização e de nivelamento das informações entre os diretores, gerentes e suas equipes. “Nós tivemos um enorme ganho em termos de agilidade e de transparência do fluxo de informação e das ações administrativas”, garante.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A FUNCEF também coloca à disposição de seus participantes os serviços de crédito pessoal. O balanço dessas operações, em 2004, foi altamente positivo. Foram assinados 40.412 novos contratos ou renovações. A Diben emprestou um total R\$ 532 milhões e, dos 73 mil associados, 50 mil já contrataram algum tipo de operação de crédito.

Já bem inferiores aos praticados pelo mercado, os juros de crédito ao participante – 9% ao ano mais o INPC – foram reduzidos e o teto dos empréstimos passou de R\$ 20 mil para R\$ 30 mil. O prazo de amortização continua o mesmo, ou seja, até 60 meses. Além disso, a Diben instituiu um

novo benefício: a antecipação do 13º salário, concedida nos mesmos parâmetros das operações de crédito ao participante. Foram assinados 10.466 contratos, equivalentes a uma antecipação de R\$ 10 milhões. Em 2004 foram pagos R\$ 624 milhões em benefícios, ou seja, aposentadorias, pensões e antecipação do INSS.

A Diretoria de Benefícios e Administração também revitalizou a política de financiamento habitacional, com repactuação do prazo de pagamento e a assinatura de convênio com a Caixa para utilização do FGTS na quitação do empréstimo. Também foi instituída medida que permitiu a elevação do percentual do desconto médio, que saiu de 12% para 18%, o que ajudou a liquidação antecipada de aproximadamente mil contratos. Apesar disso, a tendência é de diminuição dessas operações, já que a carteira de financiamento habitacional está fechada, ou seja, não permite novos contratos.

Outra novidade foi a reformulação do Convênio Prisma, no início do ano. A iniciativa descentralizou o recebimento dos pedidos de aposentadoria e, agora, o requerimento é apreciado pelo posto do INSS ou entregue na Representação Regional da FUNCEF mais próxima da residência do participante. A

mudança provocou a redução de um terço do tempo gasto anteriormente entre a entrega dos documentos e a efetivação das aposentadorias.

DRAMA DO PMPP

Várias outras ações foram deflagradas para resolver a questão dos aposentados vinculados ao Plano de Melhorias de Proventos e Pensões (PMPP). São 2,6 mil associados que trabalharam ao longo de décadas na Caixa e – desde década de 1990, quando foram vinculados ao INSS – estão sem regras definidas de reajuste de seus benefícios. Algumas entidades de aposentados têm ações na justiça e, devido às divergências de interpretação jurídica, os valores não vêm sendo reajustados, nem pelos índices da patrocinadora, tampouco pelo INSS.

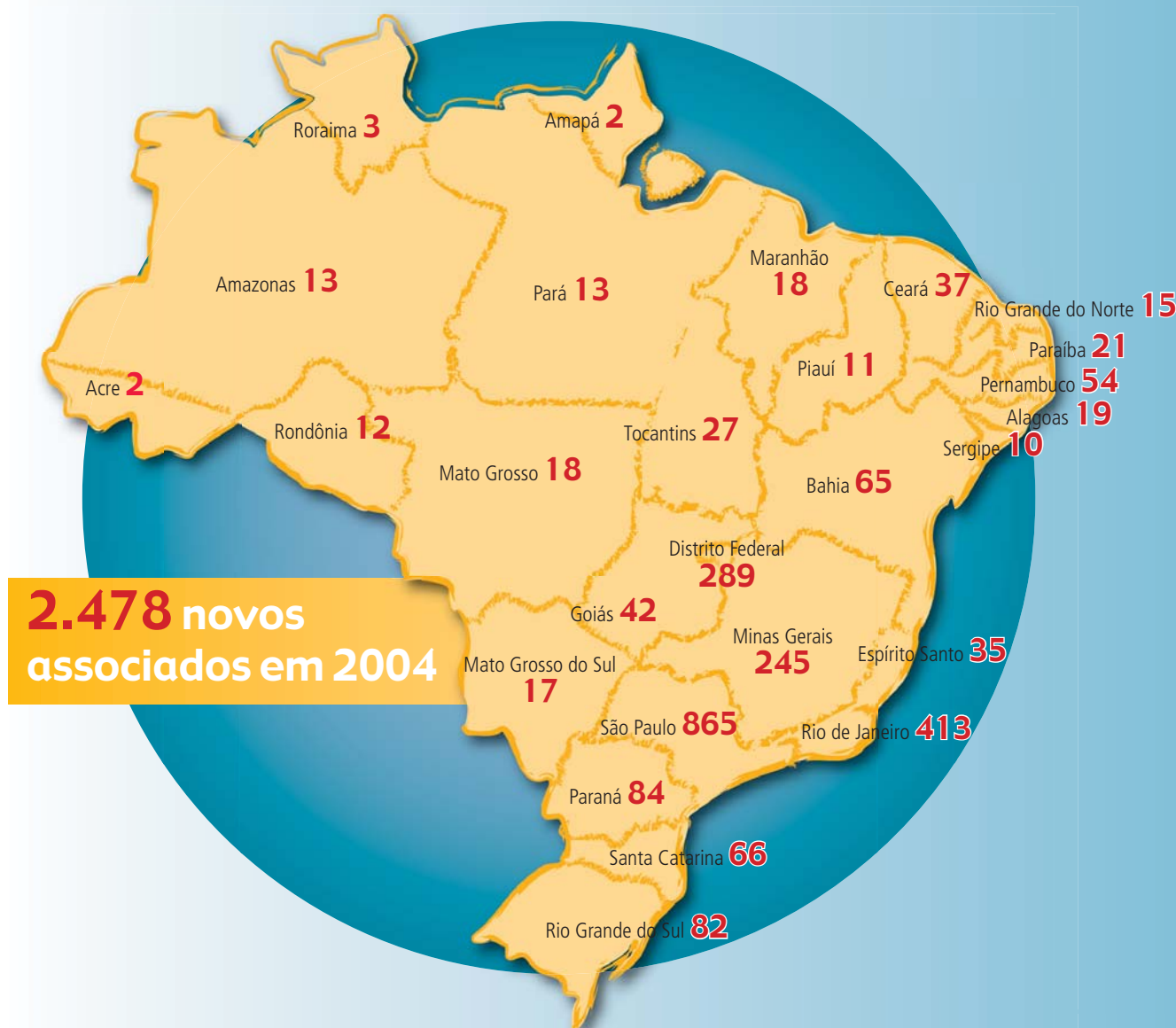
Foram realizados estudos sobre o assunto e a FUNCEF intensificou a articulação política com representantes do governo federal no ano passado. A FUNCEF assumiu o compromisso de absorvê-los assim que for solucionada a pendência com o INSS, por meio de contrato firmado com a Caixa para acordo da dívida, que destinou cerca de R\$ 33 milhões ao pagamento de benefício mínimo aos aposentados do PMPP.

NOVOS ASSOCIADOS

A Corel deve desempenhar um papel importante na relação com os funcionários que não ainda possuem vínculo com a FUNCEF. Como a legislação suspendeu a adesão compulsória aos fundos de pensão e havia uma série de pendências judiciais, os admitidos durante o período de 1998 a 2003 não aderiram aos planos de previdência complementar. Essa situação gerou um contingente de 11 mil funcionários não associados.

Quando da criação da Corel, esse quadro começou a ser revertido. A FUNCEF passou a acompanhar todas as admissões de pessoal e o índice de adesão saltou para 65%. Desse modo, 2.878 novos contratos foram firmados desde 2003, o que é significativo em função de se viver um momento de transição para um novo plano.

A continuidade de estruturação da Corel é considerada pelo diretor da Diben um passo fundamental para atingir os funcionários da Caixa que ainda não contam com um plano de benefícios previdenciários. "Vamos perseguir, com mais afinco, o objetivo de mostrar as vantagens da adesão e estreitar os laços com todos os funcionários da Caixa. Essas são as nossas metas para 2005", afirma Sérgio Francisco.





DIMOB APRIMORA
GOVERNANÇA
E CONQUISTA
RESULTADOS
FINANCEIROS
POSITIVOS

A Diretoria Imobiliária (Dimob) fechou 2004 com resultados expressivos, superando a meta atuarial que desde 1997 não era atingida. A rentabilidade da carteira foi de 14,69%, contra um atuarial de 12,61%. A nova política de redução de custos operacionais e de aumento do controle e governança sobre os empreendimentos, implementada pela Dimob, anuncia o fim de um longo período de operações financeiras mal sucedidas e de resultados negativos.

A área foi responsável por investir R\$ 1,5 bilhão – 8,5% dos ativos – contabilizando um lucro líquido de R\$ 288 milhões. A carteira que garantiu os melhores níveis de receita foi locação de agências para a Caixa Econômica Federal, com cerca de 18% de rentabilidade. Em segundo lugar, com 13%, aparece a participação em shopping centers, seguida dos investimentos em fundos imobiliários. O único segmento que ficou ligeiramente abaixo da meta atuarial foi o de hotéis.

CARTEIRA FICTÍCIA

A rentabilidade total da Dimob em 2004 foi menor em relação ao ano anterior. Jorge Arraes, diretor Imobiliário, explica que os resultados de 2003 eram fictícios, pois a reavaliação do valor de mercado dos imóveis, feita em 2002, não utilizou os procedimentos adequados. Houve supervalorização, o que gerou a diferença em relação aos resultados apresentados no ano passado.

Quando assumiu a diretoria, em meados de 2004, Arraes iniciou um amplo trabalho de reorganização administrativa. A documentação sobre os investimentos era inconsistente. Vários contratos não estavam enquadrados nas regras da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), já que extrapolavam o limite previsto para investimentos. Outros tinham problemas de sustentação jurídica e não asseguravam uma governança corporativa eficiente.

A equipe atual da Dimob reuniu todos os contratos, analisou cláusulas e modelos e tratou de padronizá-los. As medidas foram fundamentais para reduzir os riscos de inadimplência entre os parceiros comerciais. "Tiramos 2004 para arrumar a casa, organizar operacionalmente a carteira, o que nos impediu de prospectar novos investimentos", esclarece.

O diretor imobiliário assegura que os efeitos serão sentidos somente a partir deste ano, quando

a FUNCEF vai analisar as novas aplicações. Os arquivos estão sendo digitalizados e a reavaliação da carteira será feita anualmente. Ao contrário dos anos anteriores, esse processo vai passar por um crivo técnico de engenharia, para impedir erros nos balanços financeiros.

REDUÇÃO DE VACÂNCIA

Uma das principais causas da rentabilidade elevada obtida em 2004 foi a política de redução do baixo índice de ocupação dos imóveis, implementada pela Dimob no segmento de locações. Em dezembro de 2002, a vacância era de 29.134,16 metros quadrados. De 2002 a 2004, a redução foi de 9.956,17 metros quadrados, o equivalente a 34%. A receita adicional gerada com essas novas operações foi superior a R\$ 5 milhões.

As falhas estratégicas nos investimentos em hotéis cometidas por gestões anteriores provocaram um balanço negativo nesse segmento em 2004. Para reverter este quadro e conquistar uma rentabilidade acima da meta atuarial a partir deste ano, a Dimob promoveu uma reaproximação com as administrações e reavaliou contratos.

A decisão de encerrar a operação do Hotel Vila Olímpia, em São Paulo, que acumulou, em apenas

dois anos, déficit operacional de R\$ 293 mil e passivo de R\$ 736,38 mil, é um exemplo da nova política adotada. Arraes esclarece que, em 2004, a Dimob trabalhou para atualizar o patrimônio dos hotéis da carteira e torná-los mais competitivos no mercado.

A redução de custos, aliada à retomada dos investimentos, entre eles, a revitalização do Renaissance, em São Paulo, com novo mobiliário e apartamentos mais modernos, do Blue Tree de Cabo de Santo Agostinho, que ganhou um restaurante, um pórtico de entrada e obras de paisagismo, garantem uma melhoria nos resultados do segmento. Recentemente, a FUNCEF assumiu o controle das plantas geradoras de energia dos seus hotéis e implantou uma nova política de gestão energética, com redução de no mínimo 15% dos custos com energia em seus empreendimentos.

PROJETO DE PREPOSTOS

A política de revisar contratos com as operadoras dos hotéis, iniciada em 2003, foi mantida neste ano. A Dimob quer fechar acordos que garantam resultado e confiabilidade nos empreendimentos. Para alcançar esse objetivo, já está em funcionamento uma ação inovadora: o projeto de prepostos. Trata-se de uma espécie de conselheiro, que acompanha o dia-a-dia dos hotéis,

participa das reuniões administrativas e tem acesso a todas as contas e operações da empresa.

A experiência foi colocada em prática em agosto de 2004, nos hotéis de Brasília, Pernambuco e Rio de Janeiro. Com a iniciativa, foram identificados erros de ordem contábil, evitando prejuízos. Agora, estuda-se a viabilidade de adaptar o projeto para a gestão dos shopping centers.

A Dimob decidiu, em 2004, firmar parceria com a Diretoria Financeira (Difin) para o gerenciamento da carteira de imóveis. Até 2003, não havia comunicação, tampouco um planejamento conjunto entre as duas áreas, o que dificultava as decisões sobre análises e investimentos em novos mercados. Os imóveis de propriedade da Fundação operados pela rede Blue Tree (Cabo de Santo Agostinho, Angra dos Reis e Brasília), por exemplo, compõem a carteira imobiliária, enquanto a participação acionária fica a cargo da Difin.

O trabalho articulado trouxe resultados positivos imediatos. A FUNCEF pôde, em 2004, questionar judicialmente a Blue Tree para exercer uma opção de venda de 20% da sua participação, após a desvalorização registrada nessa rede de hotéis. Se não houvesse a integração, o caso poderia ter uma solução muito mais demorada. Já com relação às aplicações no fundo de investimentos Brasil Energia, as duas diretorias

também começaram a trocar informações de consultoria técnica.

GESTÃO DE SHOPPING CENTERS

A realidade encontrada nas participações nos shopping centers era caótica. A carteira estava pulverizada em 18 unidades espalhadas de Norte a Sul, o que impedia a FUNCEF acompanhar as administrações com eficiência. O balanço de 2004 também foi afetado pela política equivocada de concentrar investimentos em locais de menor volume de negócios.

A política de aumento da governança e redução de custos com gerenciamento, formulada pela atual gestão da Dimob, abrange a análise pormenorizada dos orçamentos anuais e a concentração regional dos shopping centers, com foco nas regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e no Estado da Bahia.

Destaca-se, em 2004, a expansão do Morumbi Shopping (SP), a valorização do Canoas Shopping (RS), com as Lojas Americanas, e o investimento em cine-



mas do tipo multiplex no Shopping Center Lapa, em Salvador, e também no Amazonas Shopping, em Manaus, gerando aumento de fluxo de pessoas e, conseqüentemente, incremento nas vendas gerais e demais operações de varejo.

Em novembro de 2004, foi inaugurado o mais novo empreendimento: o Pantanal Shopping, localizado na capital mato-grossense. O local abrigava o antigo Cuiabá Plaza, que estava com as obras paralisadas desde 1997, em razão da falência de um dos sócios do empreendimento. A Dimob promoveu um acordo na Justiça e a participação do fundo de pensão, que era de 34%, passou para 20%. Em troca, a Fundação se livrou das despesas para a finalização da obra.

Com 55 mil metros quadrados, o shopping é o maior do Centro-Oeste. Cerca de 80% do espaço já foram comercializados e os vizinhos do empreendimento são um hotel de 19 andares e um edifício comercial. A construção do Pantanal Shopping gerou mais de 3 mil empregos diretos e reafirmou a política da FUNCEF de aliar investimentos produtivos com retornos sociais.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Além das aplicações em hotéis e shopping centers, a FUNCEF participa de quatro fundos imobiliários. Um deles é o Memorial Office, um edifício

comercial em São Paulo, que ainda está na fase de rentabilidade mínima. No entanto, os investimentos já deram um retorno financeiro de R\$ 910 mil em 2004, mesmo valor obtido em 2003.

A Fundação participa também do Colégio Geoguararapes, em Recife. O balanço de 2004 revelou um prejuízo de R\$ 12 mil e, por conta do resultado negativo, a Dimob já negociou a entrada de um novo locatário. A mudança deu certo e espera-se que a partir de janeiro de 2005, o Geoguararapes volte a apresentar dividendos, que serão usados para o pagamento de dívidas do próprio fundo.

O Fundo 311 Norte, em Brasília, é outro investimento que está em processo de amortização. Os imóveis já foram todos vendidos e, agora, o fundo está devolvendo o dinheiro que foi investido. Em 2003, o rendimento foi de R\$ 2,7 milhões e, no ano passado, saltou para R\$ 4,3 milhões e registra, des-

de então, rentabilidade acumulada de quase 100%.

A Dimob também vai ter de fazer ajustes na participação no Torre Norte, empreendimento localizado em São Paulo, que garantiu uma rentabilidade de 11,5% e gerou uma receita de R\$ 32 milhões em 2004. O problema é que a aplicação não está totalmente enquadrada nas especificações da Resolução nº 3.121 do Conselho Monetário Nacional e, conseqüentemente, a FUNCEF terá de adequar sua posição – 83% de cotas – e reduzir essa participação para, no máximo, 25% até 2008.

MUDANÇAS NA CARTEIRA

Apesar dos bons resultados, os fundos imobiliários devem continuar sendo uma alternativa secundária nos investimentos da Dimob. “Os fundos são uma saída quando o mercado imobiliário está saturado”, explica Jorge Arraes.

Fundos imobiliários	Rentabilidade Gerencial	Valor Contábil R\$
311 Norte	50,73%	4.023.108,11
Geo Guararapes	- 0,05%	2.478.310,18
Memorial Office	6,56%	9.668.088,82
Torre Norte	7,65%	289.909.512,81
TOTAL	12,64%	306.079.019,92

RENTABILIDADE

A Dimob também vendeu terrenos ociosos em 2004. A decisão faz parte da política de oxigenar a carteira e concentrar investimentos em empreendimentos com alto potencial de lucratividade. A venda principal se deu em Porto Alegre, onde foi negociada uma propriedade por R\$ 16 milhões, o que propiciou um lucro contábil de quase R\$ 3 milhões. As operações de venda devem continuar neste ano e serão estendidas a imóveis de baixo custo patrimonial. A FUNCEF dispõe, atualmente, de sete terrenos com esse perfil.

O processo de diversificação da carteira é outra iniciativa iniciada em 2004 que deve ser intensificada neste ano. Segundo Arraes, há outros segmentos que podem gerar volumes de receita mais vantajosos.

“Hoje temos apenas hotel, shopping, fundo imobiliário e imóvel para locação. Temos de abrir o leque, analisar novos segmentos, como marinas, portos e outras áreas de logística, desde que garantam rentabilidade, segurança e mecanismos de saída”, aposta.

NOVOS INVESTIMENTOS

A Dimob planeja outras três grandes ações para 2005. A primeira é a construção de 100 novas agências da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com investimento de R\$ 150 milhões. Esse tipo de operação é o que apresentou os melhores resultados na área imobiliária, em 2004.

O diretor Imobiliário anuncia ainda os planos para aumentar as aplicações em shopping centers. “Pretendemos investir tanto em novos empreendimentos como naqueles que já possuem participação

da FUNCEF e as Regiões Sudeste e Centro-Oeste são o alvo principal”, afirma.

A terceira prioridade da Dimob é a solução de contenciosos jurídicos. As gestões anteriores não exploraram a possibilidade de acordos na Justiça, o que provocou um acúmulo de mais de 6 mil processos judiciais. Desde setembro do ano passado, uma força-tarefa de quatro auditores está atuando na FUNCEF, a pedido do Ministério Público, para verificar se houve alguma irregularidade nas administrações passadas.

A partir da nova orientação, a instituição já conseguiu, em 2004, ganhar um precatório de R\$ 35 milhões, relativo a um terreno em Pernambuco. As medidas estão em sintonia com as ações das demais diretorias, que decidiram buscar soluções para os processos em andamento na Justiça.

Gestão de hotéis

Rentabilidade Gerencial 2004	5,39%	10,58%	17,08%	-13,05%	4,57%
Rentabilidade Gerencial 2003	-0,82%	8,29%	15,61%	-1,80%	5,15%
Valor Contábil 2004	Blue Tree Park Brasília R\$ 71.949.657,71	Blue Tree Angra dos Reis R\$ 67.659.264,98	Blue Tree Cabo R\$ 30.000.988,64	Blue Tree Towers Vila Olímpia R\$ 4.378.629,40	Renaissance R\$ 113.816.133,35

ÉTICA E
RESPONSABILIDADE:
RECEITA PARA
CONSTRUIR
UMA RELAÇÃO
TRANSPARENTE
COM OS
ASSOCIADOS

Segurança, eficiência, transparência e ética nas ações da FUNCEF. Essa é a missão da Diretoria de Controladoria (Dicon), que nasceu como uma gerência e adquiriu o atual status em 2002. Foi criada, inicialmente, para controlar as operações e fazer a gestão econômico-financeira da FUNCEF. No início do ano passado, entretanto, a equipe comandada por Carlos Alberto Caser deu um salto de qualidade, ao dar início à implantação do projeto *FUNCEF Conforme*, que visa otimizar os processos administrativos da Fundação.

O objetivo principal do *FUNCEF Conforme* é consolidar a confiabilidade da Fundação e aprimorar sua relação com os participantes. O projeto permeia todas as áreas, abrangendo operações que vão do tratamento dado aos requerimentos dos associados à execução da política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

A decisão de investir, no final de 2003, na construção de uma cultura de conformidade colocou a FUNCEF à frente da maioria dos fundos de pen-



são brasileiros. Somente em outubro de 2004, foi editada a Resolução nº 13 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), com diversas orientações e o estabelecimento de algumas regras sobre a governança nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), em especial no que se refere aos seus sistemas de controles internos, padrões de conduta e gerenciamento de riscos.

CONDUTA CORPORATIVA

Na busca de consolidar padrões éticos no relacionamento da FUNCEF com seus diversos agentes, o Conselho Deliberativo aprovou, no ano passado, o Código de Conduta Corporativa. O documento espelha as práticas de governança defendidas pela atual gestão e também representa um passo importante para ampliar o grau de transparência na relação com funcionários,

investidores e associados. A proposta, elaborada inicialmente pela Dicon, foi discutida amplamente, em 2003 e 2004, por todas as Diretorias até ser chancelada pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

O código reúne os fundamentos que orientam os investimentos financeiros e balizam o funcionamento interno da entidade. O documento teve o cuidado, ainda, de agregar o conceito de responsabilidade social, que funciona como critério importante na hora de definir as aplicações com o dinheiro dos participantes. Na prática, a FUNCEF procura trabalhar com empresas que possuem conduta ética e que, notoriamente, pautam-se por ações sociais, econômicas e ambientais adequadas.

De acordo com Carlos Caser, a idéia é internalizar, de forma natural e gradativa, os valores contidos no Código de Conduta Corporativa. O propósito dessa estratégia é garantir uma gestão mais eficiente e, acima de tudo, mais transparente. "O código é um referencial de postura e de método de atuação. Nesse processo, a colaboração dos associados, cobrando e participando de nossas decisões, é fundamental", destaca.

CONTROLE DE RISCOS

Se a ética e a transparência constituem uma verdadeira obsessão da Dicon, o zelo pelo cum-

EMPREGADOS DA FUNCEF PARTICIPAM DO ATO DE LANÇAMENTO DO CÓDIGO DE CONDUTA



primento das metas da política de investimentos também faz parte do leque de suas atribuições. A Controladoria é responsável por acompanhar as operações de investimentos, tanto no que se refere a sua conformidade com as normas externas e internas, quanto no que diz respeito ao gerenciamento de riscos.

Ela também procura assegurar a execução das orientações aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em especial as contidas na Política de Investimentos para todos os segmentos de aplicações: renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários e empréstimos a participantes. Em 2004, a Dicon se empenhou para aprimorar esse controle e contribuir para as estratégias da FUNCEF de reduzir custos e garantir rentabilidade acima da meta atuarial.

Essas tarefas são de responsabilidade da Gerência de Controles e Risco, que possui duas áreas para cuidar desse trabalho. A Coordenação de Gerenciamento de Riscos se encarrega do monitoramento dos riscos de mercado e de crédito decorrentes das operações com os recursos dos participantes. O trabalho é feito em parceria com a Diretoria Financeira, que, diariamente, recebe relatórios com as avaliações da Dicon. O balanço

da FUNCEF nessa área é altamente satisfatório. “Estamos em consonância com as melhores práticas do mercado”, afirma Carlos Caser.

Além disso, uma idéia lançada pela própria Dicon foi adotada no ano passado: a unificação do cálculo de rentabilidade. A FUNCEF está na fase final do desenvolvimento de um sistema corporativo, estruturado para computar os rendimentos de cada área. A partir deste ano, será implantada uma metodologia única na apuração dos resultados provenientes dos investimentos.

O trabalho executado pela Coordenação de Gerenciamento de Riscos é complementado pelo Controle Interno. A unidade cuida de outros tipos de risco inerentes às atividades de um fundo de pensão, principalmente dos riscos operacionais que podem provocar prejuízos à Fundação, principalmente no que se refere à sua imagem.

COMITÊ DE CONFORMIDADE

A posição de vanguarda foi confirmada com a criação do Comitê de Conformidade. A iniciativa de dotar o FUNCEF Conforme de uma estrutura específica para monitorar seus objetivos foi pioneira no segmento dos fundos de pensão do País. O comitê começou a ser discutido em 2004 e foi oficializado neste ano.

Carlos Caser avalia que o comitê representa o coroamento da administração profissional que foi implementada pela atual gestão da FUNCEF. “A inserção das operações do fundo em regras de conformidade e de controle garante segurança ao participante. Ele adquire a certeza de que seus interesses são tratados por uma organização que prima pela lisura e pela transparência na gestão patrimonial”.

SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Para que suas análises obtivessem melhores resultados, a Dicon difundiu um método que já era usado na relação com as equipes responsáveis pelos investimentos em renda fixa e renda variável: a segregação de funções.

A prática possibilita uma verificação mais eficiente sobre todas as etapas dos processos de aplicações financeiras. Antes de ser executadas, as operações passam pela Dicon, que examina a estrutura, a conformidade legal e a harmonia com os parâmetros determinados pela Política de Investimentos. Desse modo, o controle se torna mais efetivo, o que reduz a incidência de eventuais erros capazes de gerar perda de recursos.

A iniciativa de segregar funções também permitiu maior controle operacional sobre o paga-

mento de benefícios aos associados. A Diretoria de Controladoria, em 2004, elegeu como meta intensificar o monitoramento nas várias etapas do processo, desde o momento em que o participante dá entrada no requerimento de aposentadoria até a retirada do dinheiro.

Os resultados foram muito positivos. A FUNCEF conseguiu diminuir as falhas humanas durante o procedimento e passou a controlar a margem de atrasos e desacertos nos pagamentos.

Outra providência foi idealizada pela Dicon, em novembro de 2004, para aperfeiçoar a política de controle interno. A FUNCEF assinou termo de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal, para estimular o intercâmbio de conhecimento, experiência e tecnologia nesta área. Carlos Caser avalia que a iniciativa tem caráter estratégico e pode trazer grandes resultados no futuro: "Cresceremos bastante com a interação com a Caixa, a parceria será de grande valia para que possamos trabalhar projetos de qualidade com custo reduzido".

CUSTOS ADMINISTRATIVOS

O diretor de Controladoria lembra que outro destaque foi a implementação de nova tecnologia de custeio nos planos de aposentadoria. "Antes de 2004, o custo

DIRETOR CARLOS CASER FALA AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS NO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL REALIZADO EM SÃO LUÍS, NO MARANHÃO



administrativo dos planos repassado ao participante era injusto e onerava o plano de maior patrimônio, em benefício dos demais planos”, diz Caser. A FUNCEF passou a adotar, então, uma metodologia diferente, que se baseia no número de participantes e no tamanho do patrimônio de cada plano. O balanço de 2004 já foi feito com base nos novos critérios.

Com as normas de controle formuladas pela Dicon, a FUNCEF conseguiu reduzir o custo administrativo de todos planos de benefícios. Apesar do êxito alcançado, as despesas administrativas atingiram 18% das receitas previdenciais, isto é, três pontos percentuais acima do limite fixado pelas normas do setor.

Carlos Caser esclarece que a superação desse limite se deve principalmente à queda das receitas previdenciais, que são as contribuições dos participantes e da patrocinadora. Em termos reais, elas caíram 36%, de 2001 a 2004, enquanto as despesas administrativas se mantiveram estáveis.

Para enfrentar o problema, que é preocupação constante dos diretores e dos conselheiros deliberativos e fiscais, a Dicon propôs a criação do Grupo Conter\$, em fevereiro do ano passado, cujo objetivo primordial é auxiliar no controle dos gastos administrativos. Desde então, esse grupo vem desenvolvendo ações para disseminar uma cultura

de contenção de despesas e reduzir desperdícios em todas as áreas da Fundação.

INFORMAÇÃO AO PARTICIPANTE

Em 2004, uma das bandeiras da Dicon foi aperfeiçoar a interlocução com os participantes e suas entidades representativas. Além da participação em eventos promovidos pela própria Fundação em diversos estados, o diretor de Controladoria esteve presente em dois importantes eventos realizados pelas entidades representativas dos associados: o *XX Congresso Nacional dos Empregados da Caixa*, realizado na cidade de São Paulo, em de julho, e o *XXVI Simpósio Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Caixa*, que aconteceu em novembro, na cidade de São Luís. Os eventos possibilitaram que centenas de associados pudessem tirar dúvidas, encaminhar reivindicações e acompanhar a prestação de contas da Diretoria Executiva.

Durante o último ano, a Dicon também procurou estimular os participantes a monitorar os investimentos. Segundo Carlos Caser, esse acompanhamento é primordial para que o controle interno se torne mais efetivo. “Quanto mais esse canal for aperfeiçoado, mais os participantes poderão nos ajudar na administração da Fundação. Eles são os

donos dos recursos e têm condições de nos ajudar na condução dos negócios”.

O site da FUNCEF foi um dos principais instrumentos para viabilizar essa interação com os participantes. Na página da Internet, o associado tem acesso ao FUNCEF Serviços e Números, que contém balancetes, quadros sobre o orçamento, informações sobre a rentabilidade em cada área e relatórios corporativos. Consoante com o espírito da atual Diretoria de imprimir transparência às decisões, as deliberações do Conselho Deliberativo também são disponibilizadas no endereço www.funcef.com.br.

A equipe da Dicon é sistematicamente aperfeiçoada, com investimentos em desenvolvimento e qualificação das pessoas, em todos os níveis. O objetivo principal é garantir padrão de qualidade dos profissionais que possibilite uma gestão cada vez mais segura e ética, na qual cada funcionário reconheça a importância de seu trabalho para a prosperidade da Fundação. Mas Carlos Caser ressalta: “A missão é atingir métodos inteligentes de controle, que não engessem a administração. O Código de Conduta Corporativa e o FUNCEF Conforme são iniciativas importantes, mas ainda temos fragilidades a ser superadas. Um dos nossos principais desafios é sermos melhores nas relações com os participantes”.

RETROSPECTIVA 2004



1

1 - CARLOS CASER, GUILHERME LACERDA E SÉRGIO FRANCISCO NA POSSE DO MINISTRO RICARDO BERZOINI, EM JANEIRO



2

2 - GUILHERME LACERDA, SÉRGIO ROSA E WAGNER PINHEIRO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO SOBRE PPP, EM MARÇO

3 - VISITA DA DELEGAÇÃO CHINESA À DIRETORIA DA FUNCEF, EM ABRIL

4 - REUNIÃO DE DIRIGENTES DA FUNCEF, CAIXA E FENAE COM A SPC, EM MAIO

5 - REUNIÃO DAS DIRETORIAS DA FUNCEF E DA FENAE, EM JULHO



5



4



3

RETROSPECTIVA 2004



6



7

- 6 - REPRESENTANTES DE FUNDOS DE PENSÃO AMERICANOS COM A DIRETORIA DA FUNCEF, EM JULHO
- 7 - JOÃO DORNELES DÁ POSSE A DEMÓSTHENES MARQUES NA DIRETORIA DE FINANÇAS, EM JULHO
- 8 - JORGE ARRAES, OBSERVADO POR JOÃO DORNELES, TOMA POSSE NA DIRETORIA IMOBILIÁRIA, EM JULHO
- 9 - REPRESENTANTES DE FUNDOS DE PENSÃO AMERICANOS NO PALÁCIO DO PLANALTO COM O PRESIDENTE LULA, EM JULHO
- 10 - GUILHERME LACERDA NA SOLENIDADE DE ABERTURA DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FUNDOS DE PENSÃO, EM JULHO



10



9



8

RETROSPECTIVA 2004



11



12



13

- 11 - MINISTRO JOSÉ DIRCEU REPRESENTANDO O PRESIDENTE LULA NO ENCERRAMENTO DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FUNDOS DE PENSÃO, EM JULHO
- 12 - ENRIQUE IGLESIAS, PRESIDENTE DO BID, NO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FUNDOS DE PENSÃO, EM JULHO
- 13 - MINISTRO GUIDO MANTEGA FALA A DIRIGENTES DE FUNDOS DE PENSÃO E INVESTIDORES INTERNACIONAIS, EM JULHO
- 14 - CONSELHEIRA DA FUNCEF FRANCISCA DE ASSIS NO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FUNDOS DE PENSÃO, EM JULHO
- 15 - DIRETOR CARLOS CASER NA ASSEMBLÉIA GERAL DA FENACEF, EM AGOSTO



15



14

RETROSPECTIVA 2004



16



17



18

- 16 - DIRETORIA DA FUNCEF E DA CAIXA DISCUTEM AS BASES DO NOVO PLANO DE BENEFÍCIOS, EM AGOSTO
- 17 - CURSO *TRAKING ERROR* PROMOVIDO PELA DIRETORIA DE CONTROLADORIA DA FUNCEF, EM AGOSTO
- 18 - REUNIÃO DE DIRIGENTES DO SINDAPP COM A DIRETORIA DA FUNCEF, EM AGOSTO
- 19 - DIRETORIA DA FUNCEF DISCUTE O NOVO PLANO DE BENEFÍCIOS COM O DEST, EM SETEMBRO
- 20 - REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS APOSENTADOS DO DF COM A FUNCEF, EM SETEMBRO
- 21 - CONSELHEIRO ANTÔNIO BRÁULIO NO ATO DE LANÇAMENTO DO CÓDIGO DE CONDUTA, EM SETEMBRO



21



20



19

RETROSPECTIVA 2004



22



23



24

- 22 - SECRETÁRIO ADACIR REIS FALA NO SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS SOBRE FUNDOS DE PENSÃO, EM SETEMBRO
- 23 - REUNIÃO DA FUNCEF COM O BNDES PARA DISCUTIR A REESTRUTURAÇÃO DA BRASIL FERROVIAS, EM OUTUBRO
- 24 - WALDEIR BARGIERI, DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SPC, FALA NA SOLENIDADE DE ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE CONTROLES INTERNOS DA CAIXA E DA FUNCEF, EM NOVEMBRO
- 25 - GUILHERME LACERDA DISCURSA NA INAUGURAÇÃO DA NOVA ETAPA DO PANTANAL SHOPPING (CUIABÁ), EM NOVEMBRO
- 26 - DIRETOR DE CONTROLADORIA CARLOS CASER RECEBE DELEGAÇÃO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, EM NOVEMBRO
- 27 - MARIA NEIDE E CARLOS ALBERTO SANTOS NO XXVI SIMPÓSIO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS, EM NOVEMBRO



27



26



25

RETROSPECTIVA 2004



28



29

- 28 - PLENÁRIA NO SIMPÓSIO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS, EM SÃO LUÍS, EM NOVEMBRO
- 29 - GUILHERME LACERDA ASSINA A PARTICIPAÇÃO DA FUNCEF NO FUNDO BRASIL ENERGIA, OBSERVADO PELO PRESIDENTE LULA, PELA MINISTRA DILMA ROUSSEF, PELO SENADOR JOSÉ SARNEY E POR WAGNER PINHEIRO, EM DEZEMBRO
- 30 - SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ADACIR REIS, LADEADO PELOS CONSELHEIROS ANTÔNIO BRÁULIO E JOSÉ CARLOS ALONSO, EM DEZEMBRO
- 31 - PRESIDENTE DA FUNCEF GUILHERME LACERDA E O MINISTRO DA PREVIDÊNCIA AMIR LANDO, EM DEZEMBRO
- 32 - FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO DOS EMPREGADOS DA FUNCEF, EM DEZEMBRO



32



31



30



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS em 31 de dezembro de 2004 e 2003

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, patrocinada pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e por si mesma, é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 1º de agosto de 1977, de acordo com a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, posteriormente revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O objetivo principal da FUNCEF é a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, a saber:

- a) complementação dos proventos da aposentadoria de seus participantes;
- b) pensões deferidas a beneficiários de participantes falecidos;
- c) abono anual natalino (13º salário); e
- d) auxílio-funeral.

A FUNCEF, atualmente, administra os planos de benefícios REG/REPLAN, de benefício definido, e o REB, de contribuição definida para os eventos programáveis na fase de acumulação e de benefício definido para os eventos de morte e invalidez permanente.

Por ocasião do acordo firmado entre a CAIXA e a FUNCEF, com intuito de liquidar o contrato da dívida existente entre as partes, em 14 de abril de 2003, foi estabelecido que a FUNCEF, deveria promover as alterações em seus planos de benefícios REG/REPLAN e REB para contemplar as ade-

quações previstas na Lei Complementar nº 109/01 (caracterização da responsabilidade da CAIXA, como patrocinadora; implantação dos institutos da portabilidade; benefício proporcional diferido; resgate e autopatrocínio), bem como à retirada do limite de idade e da exigência da concessão do benefício pelo INSS.

Em 21 de novembro de 2003, foi entregue à Direção da CAIXA e da FUNCEF a proposta de regulamento de novo plano de benefícios, elaborada por Grupo de Trabalho, composto por representantes dos participantes, da CAIXA e da FUNCEF.

Em agosto de 2004, foi protocolada na Secretaria de Previdência Complementar (SPC) a proposta de alteração dos regulamentos que, contudo ainda não foi aprovada.

Em 31 de dezembro de 2004, o novo plano continuava em exame nos órgãos deliberativos da CAIXA e da FUNCEF, para posterior remessa às demais instâncias de deliberação.

Para fazer face à implementação do novo plano e adequação nos planos de benefícios existentes, seguindo orientação atuarial, a Fundação constituiu um fundo previdencial para ajuste dos planos, que em 31 de dezembro de 2004 perfaz R\$ 5.332.058 mil (R\$ 3.211.779 mil em 2003). Nota 3 letra I - REG/REPLAN.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as diretrizes contábeis para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002.

A FUNCEF apresenta, mensalmente, balancetes por Plano de Benefício, além do balancete consolidado, segregando os registros contábeis em quatro programas distintos, segundo a natureza e a finalidade das transações, compreendendo programas-fim (Previdencial e Assistencial) e programas-meio (Administrativo e de Investimentos). O fluxo de recursos nas contas de resultados, envolvendo cobranças e repasses entre os programas, é efetuado por meio das contas de Transferências Interprogramas (Nota 3, letra m).

Dessa forma, as Demonstrações Contábeis da FUNCEF estão apresentadas de forma consolidada e, quando, necessário, foram discriminadas as composições de saldos e explicações em notas por plano de benefício, objetivando visualizar a real situação patrimonial e de resultado dos planos de benefícios.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em observância ao Princípio de Competência, ou seja, foram considerados os recursos coletados, as receitas e as rendas/variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, os recursos utilizados, as despesas e as deduções/variações negativas, pagas ou incorridas no exercício.

B. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, e incluem as avaliações dos ativos a valor de mercado, as provisões matemáticas e as provisões para passivos contingentes, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, que é revisado pela FUNCEF pelo menos uma vez ao ano.

C. PROGRAMA PREVIDENCIAL

Registra a atividade precípua e de existência obrigatória em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), e é destinado ao registro contábil dos planos de benefícios de caráter previdenciário.



A contabilização dos recursos coletados e utilizados pelo Programa Previdencial é efetuada em atendimento ao Princípio de Competência, de acordo com o previsto no estatuto e/ou no regulamento (Notas 4 e 11, letra a).

D. PROGRAMA ASSISTENCIAL

É utilizado, na FUNCEF, para registro contábil do Plano do Clube Imobiliário, conceituado como um Plano de Benefício instituído com recursos exclusivos dos seus associados, cuja finalidade era “a constituição de reservas financeiras, mediante mensalidades específicas, destinadas à concessão de financiamentos ou empréstimos imobiliários a seus sócios contribuintes”, portanto não se trata de plano de benefício de assistência à saúde. (Nota 8, letra b).

E. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Registram-se as despesas com operações necessárias ao gerenciamento da administração dos planos de benefícios e ao controle e à administração dos investimentos.

As despesas administrativas são registradas no Programa Administrativo, de acordo com a natureza, classificando-as em Administração Previdencial, Assistencial e Investimentos.

F. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

É o programa destinado ao gerenciamento das aplicações de recursos da EFPC, ou seja, registram-se as aplicações dos recursos em renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários, operações com participantes e outros

investimentos, bem como os compromissos assumidos, os gastos diretos e, excepcionalmente, os gastos necessários para a recuperação de investimentos.

I. Títulos e valores mobiliários – Renda fixa

Por meio da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar estabeleceu novos critérios para o registro e a avaliação contábil de títulos e valores mobiliários vigentes a partir de janeiro de 2002.

Esse normativo introduziu o conceito de “ajuste a valor de mercado”, que consiste em avaliar o ativo ao preço de mercado, ou seja, visa a atualizar os ativos por uma estimativa mais próxima possível dos valores efetivamente praticados pelo mercado financeiro.

A classificação e a avaliação dos títulos e valores mobiliários ficaram assim definidas:

- Títulos para negociação – Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período (Nota 5, letra b).
- Títulos mantidos até o vencimento – Os títulos e valores mobiliários, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

O valor de mercado é obtido mediante a utilização do método de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros, bem como cotações divulgadas pela ANDIMA, BMF, CETIP.

As aplicações em quotas de fundos de investimentos de renda fixa estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, na data do balanço.



II. Títulos e valores mobiliários – Renda variável

As ações de companhias abertas estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação média, na data mais próxima do encerramento do exercício, na Bolsa de Valores em que ocorreu maior volume de negócios. Caso as ações não tenham sido negociadas nos últimos seis meses, as ações são registradas pelo valor de custo ou patrimonial, dos dois o menor.

As bonificações por distribuição de ações, por aumento de valor nominal ou por outros direitos, os dividendos de ações e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos, contabilmente, a partir da publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas.

As aplicações em quotas de fundos de investimentos de renda variável estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, na data do balanço.

III. Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição ou construção, atualizados, monetariamente, até 31 de dezembro de 1995. Aos bens imóveis (exceto Terrenos) é atribuída a depreciação, que registra a perda de valor dos bens físicos em função de desgastes pelo uso ou por ação da natureza, perda de utilidade ou de obsolescência, calculada à taxa linear de 2% a.a., a partir do mês de aquisição ou conclusão da construção do imóvel, sendo esta ajustada em função da vida útil identificada no laudo de avaliação ou de reavaliação. As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% a.a.

A Resolução CMN nº 3.121/03, de 25 de setembro de 2003, prevê em seu art. 36, II, que os investimentos imobiliários sejam reavaliados pelo menos

uma vez a cada três anos contados da data da última avaliação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

A carteira imobiliária da FUNCEF foi reavaliada em 2004. A avaliação anterior foi em 2002 (Nota 7, letra a).

Para determinação dos valores dos bens avaliados, foram utilizados os métodos Comparativo Direto de Dados de Mercado, Capitalização da Renda, Reprodução do Custo e Involutivo. Buscou-se, em todos os casos, atingir o nível de precisão "RIGOROSA" - NBR nº 5.676/1990 - Norma Brasileira para Avaliações de Imóveis Urbanos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou o Grau III de Fundamentação e Precisão - NBR nº 1.4653 - Norma Brasileira para Avaliações de Bens da ABNT.

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação foram atualizados pelos índices contratados. Aos saldos dos valores inadimplentes foram incorporados os acréscimos de mora e juros, sendo esses valores considerados na base de cálculo da provisão para perdas (Nota 7, letra b).

As aplicações em quotas de fundos de investimento imobiliário estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos na data do balanço.

IV. Operações com participantes

Referem-se aos empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes e estão demonstrados pelos seus valores originais, deduzidas as amortizações, acrescidos de atualização monetária e juros contratuais (Nota 8).



G. PROVISÃO PARA PERDA

Na constituição de provisão para perda são observados os critérios estabelecidos na Resolução CGPC nº 05/02, bem como avaliações da administração quanto ao risco provável de perda dos ativos.

H. PERMANENTE

O Ativo Permanente contempla os bens imobilizados, móveis e imóveis, que são utilizados no desempenho da atividade-fim e em gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados, os quais estão registrados pelos seus custos de aquisição, corrigidos, até 31 de dezembro de 1995, e depreciados e amortizados conforme Resolução CGPC nº 10 (Nota 10).

I. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registram-se as obrigações decorrentes de cada programa assumidas pela entidade.

J. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Refere-se a certas condições ou situações de solução indefinida, à data do encerramento do balanço, que dependem de eventos futuros e envolvem um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência (Nota 12).

K. EXIGÍVEL ATUARIAL

As provisões matemáticas são determinadas segundo cálculos atuariais efetuados por atuário interno e revisadas por atuário independente. Representam o valor atual dos compromissos líquidos do plano para com seus participantes e assistidos, acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios já concedidos, a conceder e a constituir.

Essas provisões foram avaliadas com base nos dados cadastrais de 31 de dezembro de 2004 (Nota 13).

Benefícios concedidos

Valor atual dos benefícios futuros (já concedidos), líquido das futuras contribuições, a ser pago aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Valor atual dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido das futuras contribuições, a ser pago aos participantes na forma de benefícios, sejam de prestação continuada, sejam de prestação única.

Provisões matemáticas a constituir (-)

Saldo devedor relativo à jóia a pagar pelos participantes de acordo com o artigo 3.4 do Regulamento do REG/REPLAN.

Admitiram-se as seguintes hipóteses para realização do cálculo das Provisões Matemáticas em 2004 e 2003: atualização com taxa de juros de 6% a.a.; variação do INPC como indicador econômico; projeção de crescimento real de salários dos participantes ativos, de 1,5% a.a.; projeção de cresci-



mento real de benefícios do plano de 1% a.a. para o REG/REPLAN, em razão da vinculação do reajuste dos benefícios do plano à política salarial da patrocinadora – instituidora e 0% a.a. para o REB; fator de capacidade salarial, benefícios do plano e do INSS equivalente a 98%, que reflete o nível de inflação vigente no País.

O método de financiamento adotado para cálculo dos benefícios do REG/REPLAN e dos benefícios de risco do REB corresponde ao Crédito Unitário Projetado. Para os demais, benefícios do REB, é utilizada a Capitalização Financeira. O Regime Financeiro adotado é o de capitalização, exceto para o auxílio-funeral do REG/REPLAN, que utiliza o regime de Repartição Simples.

L. FUNDOS

PREVIDENCIAL

Estão divididos em:

REB 1998

- Fundo de Benefício de Risco: destina-se à garantia dos benefícios de risco (morte e invalidez), sendo constituído com recursos das contribuições da patrocinadora; e
- Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura (para cobertura de benefícios concedidos): constituído das sobras do saldo da subconta da patrocinadora (contribuições da patrocinadora deduzidas as parcelas destinadas à cobertura dos benefícios de risco e custeio administrativo) decorrente de pagamento de resgate, de acordo com o art. 32 do regulamento do plano de benefício REB, instituído em agosto de 1998.

REB 2002

- Fundo de Benefício de Risco: destina-se à garantia dos benefícios de risco (morte e invalidez), sendo constituído com recursos das contribuições, apuradas atuarialmente, dos participantes e da patrocinadora e destinado a complementar as Provisões Matemáticas dos benefícios de risco; e
- Fundo Mútuo de Garantia de Reserva de Cobertura (para cobertura de benefícios concedidos): constituído das sobras do saldo da subconta da patrocinadora (contribuições da patrocinadora deduzidas as parcelas destinadas à cobertura dos benefícios de risco e custeio administrativo) decorrente de pagamento de resgate, de acordo com os art. 29 e 31 do regulamento do plano de benefício REB, vigente a partir de 2 de fevereiro de 2002.

REG/REPLAN

O Fundo Previdencial para Ajuste dos Planos foi constituído, no REG/REPLAN, com o pagamento decorrente da quitação da dívida existente entre a CAIXA e a FUNCEF. Esse fundo será destinado à realização de ajustes dos planos em razão de disposição da Lei Complementar nº 109/01 e do acordo celebrado entre a CAIXA e a FUNCEF para quitação da dívida (Nota 14).

Assistencial - decorre da apuração de resultados positivos entre as receitas e despesas do seu Programa.

Administrativo - é constituído pelo resultado positivo entre as receitas e despesas do Programa, custeio administrativo previdencial e de investimentos. Esse é remunerado pelo resultado positivo dos investimentos em razão da aplicação dos recursos do Fundo Administrativo no Programa de Investimentos.



M. TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

São utilizadas para identificar a movimentação de recursos entre os programas, por meio de transferências de recursos, de cobranças e repasses, entre as diferentes naturezas de gastos dos referidos programas. Os registros efetuados por transferências interprogramas, relativas a cada um dos programas, constantes da demonstração de resultado, foram:

Programa previdencial

Debitado pela transferência para o programa administrativo dos recursos relativos à sobrecarga administrativa (custeio administrativo), conforme previsto no regulamento, e à avaliação atuarial, para cobertura das despesas administrativas e pela transferência para o programa de investimentos pelo eventual resultado negativo.

Creditado pela transferência do programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado líquido dos investimentos previdenciais.

Programa administrativo

Debitado pelo Programa de Investimentos relativo à cobertura de eventual resultado negativo dos investimentos, dada a aplicação de recursos do Fundo Administrativo no Programa de Investimentos.

Creditado pela transferência do programa previdencial dos recursos oriundos da sobrecarga administrativa (custeio administrativo), pela transferência do Programa de Investimentos dos recursos necessários para cobertura das despesas administrativas deste e pelo resultado, positivo, dos investimentos, dada a aplicação de recursos do Fundo Administrativo no Programa de Investimentos.

Programa de investimentos

Debitado pela transferência para os demais programas, relativo ao resultado positivo dos investimentos e, ainda, para o programa administrativo pelo valor correspondente à cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

Creditado pela transferência de recursos oriundos dos demais programas, para cobertura de eventual resultado negativo dos investimentos.

N. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O custeio previdencial é definido no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) e no regulamento dos planos de benefícios. Foram utilizadas as taxas de 8% (8% em 2003) para o REG/REPLAN e 15% (15% em 2003) para o REB sobre as contribuições previdenciais normais.

As despesas administrativas dos investimentos são cobertas, integralmente, pelo programa de investimentos.

O. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas, quando relacionadas a um determinado plano de benefício, são custeadas diretamente pelo respectivo plano.

Todas as despesas identificáveis aos programas previdencial e de investimentos são registradas nestes e as demais são rateadas na proporção dos gastos alocados diretamente aos programas previdencial e de investimentos.

São objeto de rateio as despesas comuns aos planos de benefícios administrados pela Fundação, expurgando-se assim as despesas exclusivas a cada plano. As despesas administrativas do programa previdencial são rateadas



com base no número de participantes e assistidos, considerados no fechamento do mês de referência, e as despesas administrativas do programa de investimentos são rateadas com base no investimento líquido de cada plano de benefícios, utilizando como referência os dados do último dia do mês.

O desembolso financeiro das despesas administrativas, comuns a todos os planos, é custeado pelo REG/REPLAN, e o rateio entre planos dar-se-á no encerramento do balancete. Esse recebe a título de remuneração o rendimento obtido nas carteiras de FAQ.

P. IMPOSTO DE RENDA E PIS/COFINS

Ao longo dos exercícios 2004 e 2003, a FUNCEF manteve a opção pelo Regime Especial de Tributação (RET), sendo tributada à alíquota de 20% o resultado positivo apurado em cada trimestre-calendário dos rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações dos recursos garantidores de provisões, reservas técnicos e fundos, limitado a 12% sobre o valor das contribuições normais das patrocinadoras.

O PIS e a COFINS são calculados às alíquotas de 0,65% e 4% (3% até agosto de 2003), respectivamente, sobre as receitas (receita bruta da FUNCEF, excluídos os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinados a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgate, limitada aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição das reservas técnicas).

4. PROGRAMA PREVIDENCIAL ATIVO REALIZÁVEL

REG/REPLAN		Em R\$ mil	
Descrição	2004	2003	
OUTROS REALIZÁVEIS	25.313	28.259	
INSS a receber (*)	35.395	39.044	
(-) Provisão para perda (**)	(11.723)	(11.723)	
Adiantamento a participantes	977	938	
Diferença da folha	664	-	
ENTIDADES CONVENIENTES	21	3	
RECURSOS - MIGRAÇÃO DE PLANO (***)	375.681	324.012	
Renda antecipada de migração	278.079	258.236	
Adiantamento de resgate de migração	97.717	91.921	
Pecúlio especial de migração	168.531	159.781	
Contribuição extraordinária da patrocinadora	(168.646)	(185.926)	
TOTAL	401.015	352.274	
REB			
OUTROS REALIZÁVEIS			
INSS a receber (*)	5.036	1.573	
Adiantamento a participantes	1.195	49	
TOTAL	6.231	1.622	
TOTAL GERAL	407.246	353.896	

(*) Refere-se à antecipação de benefícios do INSS aos participantes, no dia 20 de cada mês, que são ressarcidos pelo INSS no quinto dia útil do mês subsequente.

(**) Em dezembro de 2003 registrou-se a provisão para perda no montante de R\$11.723 mil, equivalente a benefícios adiantados aos participantes e ainda não ressarcidos pelo INSS, acumulados desde maio 1996.

(***) Referem-se aos valores pagos aos participantes que aderiram à migração para o REB, classificados como adiantamento em decorrência das ações judiciais que impediram a continuação da migração de participantes do REG/REPLAN para o REB (em 2003 e primeiro semestre de 2004), vetando sua conclusão temporariamente em razão da não-segregação de ativos e passivos pertencentes a cada plano. (Nota 12, letra b).



5. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - RENDA FIXA

A. COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES, POR PLANO:

REG/REPLAN	Em R\$ mil	
Descrição	2004	2003
Títulos Públicos	4.517.254	4.014.982
Notas do Tesouro Nacional – Série B	896.937	-
Notas do Tesouro Nacional – Série C	2.484.544	2.418.024
Letras do Tesouro Nacional	-	54.871
Letras Financeiras do Tesouro	1.135.773	1.478.904
Créditos Securitizados do Tesouro Nacional	-	63.183
Aplicações em Instituições Financeiras	6.921.969	5.181.373
Cadernetas de Poupança	5.249	-
Letras Hipotecárias	58.419	68.149
Letras de Crédito Imobiliário	51.590	51.578
Fundos de Investimentos Financeiros - FIF	9.517	5.511
Fundo de Aplicação em Quotas de FIF - FAQ *	6.797.194	5.056.135
Títulos Privados	99.664	54.890
Debentures Conversíveis	15.165	12.956
A receber	53.670	51.461
(-) Provisão para Perdas	(38.505)	(38.505)
Debentures não Conversíveis **	84.499	41.934
A receber	113.282	91.109
(-) Provisão para Perdas	(28.783)	(49.175)
TOTAL	11.538.887	9.251.245
REB	Em R\$ mil	
Descrição	2004	2003
Títulos Públicos	614.790	579.039
Notas do Tesouro Nacional – Série C	202.503	216.937
Letras Financeiras do Tesouro	412.287	362.102
Aplicações Em Instituições Financeiras	51.290	24.002
Fundo de Aplicação em Quotas de FIF - FAQ	51.290	24.002
TOTAL	666.080	603.041

AUXÍLIO PECÚLIO ***

	Em R\$ mil	
Descrição	2004	2003
Aplicações Em Instituições Financeiras	-	546
Fundo de Aplicação em Quotas de FIF - FAQ	-	546
TOTAL	-	546

CLUBE IMOBILIÁRIO

	Em R\$ mil	
Descrição	2004	2003
Cadernetas de Poupança	13	-
Aplicações Em Instituições Financeiras	2.027	10.181
Fundo de Aplicação em Quotas de FIF - FAQ	2.027	10.181
TOTAL	2.040	10.181

TOTAL GERAL	12.207.007	9.865.013
--------------------	-------------------	------------------

(*) Os recursos aplicados no Fundo de Aplicação em Quotas de Fundos de Investimentos, Conta de Depósito, no montante de R\$ 491.312 mil (R\$ 423.206 mil em 2003) estão vinculados à finalização do prazo contratual (até 2006) estabelecido para eventuais questionamentos do comprador da participação da FUNCEF na Caixa Seguros, ex-SASSE (Nota 12, letra e).

(**) Em 2003, registrou-se a provisão para perda das debêntures do Hopi Hari, adquiridas ao longo do exercício de 1997, no valor de R\$ 15.147 mil, de acordo com as premissas mencionadas na nota 3, letra g, acrescida de R\$ 2.891 mil em 2004.

Foram baixados os valores registrados como a receber e provisionados para perda, em razão do processo falimentar, com o ativo Debêntures da Teletrust, no montante de R\$ 23.283 mil proveniente do acordo firmado entre os debenturistas, que resultou no recebimento de R\$ 5.013 mil de ações da Brasil Telecom ON e PN e da Telemar Norte Leste PNA, encerrando a participação da FUNCEF na empresa.

(***) Os recursos do Auxílio-Pecúlio, administrados pela FUNCEF, foram devolvidos à CAIXA, no dia 4 de agosto de 2004. Destinavam-se à cobertura do pecúlio por morte, garantido aos empregados da CAIXA em atividade, aposentados e pensionistas.



B. COMPOSIÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS POR TIPO DE CLASSIFICAÇÃO E VENCIMENTOS

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como “títulos para negociação” conforme demonstrado a seguir:

2004		Em R\$ mil					
PLANO	TÍTULOS	Valor Contábil	TIPOS DE VENCIMENTO				
			Sem Venc.	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos
REG/REPLAN	DEBÊNTURES	99.664	-	15.165	32.225	52.274	-
REG/REPLAN	LCI	51.590	-	5.256	29.562	16.772	-
REG/REPLAN	LH	58.419	-	-	58.419	-	-
REG/REPLAN	Quotas de Fundos - FAQ *	6.797.194	6.797.194	-	-	-	-
CLUBE	Quotas de Fundos - FAQ *	2.027	2.027	-	-	-	-
REB	Quotas de Fundos - FAQ *	51.290	51.290	-	-	-	-
REG/REPLAN	FIDC - Fidúcia High Income	9.517	9.517	-	-	-	-
REG/REPLAN	Poupança	5.249	5.249	-	-	-	-
CLUBE	Poupança	13	13	-	-	-	-
REG/REPLAN	LFT	1.135.773	-	504.501	631.272	-	-
REB	LFT	412.287	-	-	412.287	-	-
REG/REPLAN	NTN-B	896.937	-	-	46.199	63.777	786.961
REG/REPLAN	NTN-C	2.484.544	-	-	447.587	16.439	2.020.518
REB	NTN-C	202.503	-	-	13.451	189.052	-
TOTAL GERAL		12.207.007	6.865.290	524.922	1.671.002	338.314	2.807.479

2003		Em R\$ mil					
PLANO	TÍTULOS	Valor Contábil	TIPOS DE VENCIMENTO				
			Sem Venc.	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos
REG/REPLAN	DEBÊNTURES	54.890	-	-	12.957	41.933	-
REG/REPLAN	LCI	51.578	-	4.125	31.823	15.630	-
REG/REPLAN	LH	68.149	-	-	68.149	-	-
REG/REPLAN	Quotas de Fundos - FAQ	5.056.135	5.056.135	-	-	-	-
REB	Quotas de Fundos - FAQ	24.002	24.002	-	-	-	-
CLUBE	Quotas de Fundos - FAQ	10.181	10.181	-	-	-	-
AUXÍLIO	Quotas de Fundos - FAQ	546	546	-	-	-	-
REG/REPLAN	Quotas de Fundos - FIF	5.511	5.511	-	-	-	-
REG/REPLAN	Crédito Securitizado	63.183	-	63.183	-	-	-
REG/REPLAN	LTN	54.871	-	-	54.871	-	-
REG/REPLAN	LFT	1.478.904	-	614.258	864.646	-	-
REB	LFT	362.102	-	-	362.102	-	-
REG/REPLAN	NTN-C	2.418.024	-	-	1.147.966	14.229	1.255.829
REB	NTN-C	216.937	-	-	53.304	163.633	-
TOTAL GERAL		9.865.013	5.096.375	681.566	2.595.818	235.425	1.255.829

6. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - RENDA VARIÁVEL

REG/REPLAN	Em R\$ mil	
Descrição	2004	2003
Mercado de Ações	1.211.200	765.898
Mercado à Vista *	1.211.200	293.022
Opções Flexíveis	-	472.876
Fundos de Investimentos	2.097.035	1.908.735
Quotas de Fundo de Ações **	2.097.035	1.908.735
Títulos de Empresas	-	-
Debêntures a receber	54.723	54.723
(-) Provisão para Perdas ***	(54.723)	(54.723)
TOTAL	3.308.235	2.674.633

(*) Conforme critério mencionado na nota 3, letra f, item II, as ações Litel Part S.A. ON e Opportunity Daleth estão avaliadas pelo custo de aquisição e as ações Blue Tree, Brasil Ferrovias, Embratel, Ferroban, Gazeta Mercantil, Hopi Hari, Invitel, Litel Part S.A. PNA, Lorenz, Nova Ferrobán S.A. e Telpart estão avaliadas pelo valor patrimonial.

(**) Registrou-se, em 2004, o direito a receber, no montante de R\$ 32.383 mi, fruto da transação extintiva de litígio firmado com a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda, homologado pela Justiça, equivalente ao contrato de opção de venda de ações da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina.

(**) Conforme estabelecido na Instrução Normativa CVM nº 340, o fundo de investimentos em ações Carteira Ativa II, cujo valor de participação da FUNCEF, em 31 de dezembro de 2004, é de R\$ 1.399.950 mil (R\$ 773.179 mil em 2003), tem como critério de atualização de seus ativos a avaliação econômica. O resultado da avaliação no exercício foi positivo em R\$ 656.491mil.

(***) Registrou-se, no exercício 2003, a provisão para perda no montante de R\$38.808 mil, referente ao valor residual das Debêntures de Serra Azul, adquiridas até 1998, de acordo com as premissas mencionadas na nota 3, letra g.

7. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

2004

	Custo Atualizado	Provisão para perda com inadimplência	Provisão para perda (**)	Valor Líquido (*)
Terrenos	64.928	(773)	-	64.155
Imóveis em Construção	-	-	-	-
Locados à Patrocinadora	176.615	(10.999)	-	165.616
Locados a Terceiros	288.925	(13.794)	-	275.131
Shopping Center	393.790	-	-	393.790
Complexo Hoteleiro	303.677	-	-	303.677
Complexo de Entretenimento	35.422	-	(20.081)	15.341
Direitos em alienações (***)	58.991	(5.750)	-	53.241
Fundo de Investimento Imobiliário	304.513	-	-	304.513
TOTAL	1.626.861	(31.316)	(20.081)	1.575.464

2003

	Custo Atualizado	Provisão para perda com inadimplência	Provisão para perda (**)	Valor Líquido (*)
Terrenos	18.784	(607)	-	18.177
Imóveis em Construção	153.380	-	(31.157)	122.223
Locados à Patrocinadora	109.243	(10.276)	-	98.967
Locados a Terceiros	327.726	(13.232)	-	314.494
Shopping Center	374.688	-	-	374.688
Complexo Hoteleiro	264.271	(2.674)	-	261.597
Complexo de Entretenimento	57.220	-	(42.406)	14.814
Direitos em alienações (***)	81.828	(53.571)	-	28.257
Fundo de Investimento Imobiliário	328.590	-	-	328.590
TOTAL	1.715.730	(80.360)	(73.563)	1.561.807

(*) Valores líquidos de depreciação (exceto segmento de Terrenos), provisão para perda, incluindo os aluguéis a receber.

(**) A reversão da provisão para perda no valor de R\$ 53.482, em 2004, é decorrente dos seguintes itens:
a) baixa da provisão para perda do imóvel Global Shopping, segmento em construção, no montante de R\$ 26.916 mil, em consequência da reavaliação;
b) baixa da provisão do Cuiabá Plaza Shopping, segmento em construção, no montante de R\$ 4.241 mil, em razão da finalização das obras e do início das atividades a partir de 30 de novembro de 2004; e
c) ajuste da provisão em razão da reavaliação dos empreendimentos, no valor de R\$ 22.325 mil, no tocante aos parques Wet'n Wild, da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro.

(***) A variação na provisão para perda com direitos de alienação (R\$ 53.571 mil em 2003, para R\$ 5.750 mil, em 2004) refere-se, preponderantemente, ao recebimento por meio de precatórios do Governo Federal referente à alienação, em 1997, do imóvel Campo de Jequiá / PE

A. RESULTADO DA REAVALIAÇÃO

Em 2004 foi registrada a reavaliação de toda a carteira imobiliária. O resultado apurado está demonstrado no quadro a seguir. Em 2003 não houve reavaliação.

REG/REPLAN

Em R\$ mil

Investimento Imobiliário	Resultado de Reavaliação
Terreno	(35.923)
Em Construção	(12)
Locadas à Patrocinadora	10.133
Locadas a Terceiros	18.667
Shopping Center	32.139
Complexo Hoteleiro	(17.638)
Complexo de Entretenimento	(21.797)
At. Permanente - Uso Próprio	540
Total	(13.891)

É política da FUNCEF manter cobertura de seguros para os investimentos sujeitos a riscos, em montantes que considera suficiente.

B. COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS COM INADIMPLÊNCIA DE ALUGUÉIS E ALIENAÇÕES, POR FAIXA DE ATRASO:

REG/REPLAN

2004

Em R\$ mil

			Aluguéis				
Dias em atraso	%	Alienações	Terrenos	Locados à Patrocinadora	Locados a Terceiros	Complexo Hoteleiro	TOTAL
61-120	25	21	-	-	164	-	185
121-240	50	36	14	15	396	-	461
241-360	75	38	-	22	109	-	169
> 360	100	5.655	759	10.962	13.125	-	30.501
Total		5.750	773	10.999	13.794	-	31.316



REG/REPLAN 2003

Em R\$ mil

			Aluguéis				TOTAL
Dias em atraso	%	Alienações	Terrenos	Locados à Patrocinadora	Locados a Terceiros	Complexo Hoteleiro	
61-120	25	30	4	-	42	-	76
121-240	50	103	-	29	93	-	225
241-360	75	430	-	75	481	1.114	2.100
> 360	100	53.008	603	10.172	12.616	1.560	77.959
Total		53.571	607	10.276	13.232	2.674	80.360

8. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos concedidos aos participantes, na modalidade de Crédito ao Participante, levam em consideração as seguintes premissas:

- o valor máximo de concessão de empréstimo para participantes REG/REPLAN é o montante correspondente a oito vezes o salário de participação ou à renda-base, limitado a R\$ 30 mil;
- o valor máximo de concessão de empréstimo para participantes REB corresponde a oito vezes o salário de participação ou 30% do saldo de conta previdenciária, limitado a R\$ 30 mil, o que for menor; e
- o prazo de amortização dos empréstimos, para ambos os planos de benefício, é limitado a 60 meses.

As atualizações dos contratos são efetuadas com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acrescido de juros que variam de 9,00% a 9,25% aa. em 2004. (8,72% a 12% a.a. em 2003).

A Diretoria aprovou a criação da modalidade de empréstimo denominada "Crédito ao Participante - Adiantamento de 13º", podendo ser concedidos valores para pagamento em Novembro ou Fevereiro.

O valor desse empréstimo corresponde a 35% do salário de participação para os participantes ativos ou facultativos relativo ao mês da concessão. A concessão para os assistidos corresponderá a 35% da renda global para pagamento em Novembro e a 35% do benefício pago pela FUNCEF para as concessões referentes a fevereiro.

A taxa de juros desse empréstimo é pré-fixada em 1,47% a.m., não sendo o valor atualizado.

B. FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS

Os financiamentos habitacionais foram concedidos aos participantes que aderiram ao extinto Clube Imobiliário até junho de 1994, para aquisição de imóvel próprio.

A FUNCEF devolveu os valores das mensalidades do extinto Clube Imobiliário e das importâncias retidas a título de imposto de renda, permanecendo um saldo residual de R\$ 1.930 mil (R\$ 10.080 em 2003) que deverá ser revertido para todos ex-sócios, após a solução das pendências quanto à retenção de IR e demandas judiciais.

As atualizações dos contratos são efetuadas com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e em juros de 7% a.a. para a maioria dos contratos, os 4.029 contratos, 365 são atualizados por TR mais juros de 7% a.a.

**2004****REG/REPLAN****Em R\$ mil**

	Valor Bruto	Provisão para perda com inadimplência	Valor Líquido
Empréstimos	578.595	(3.473)	575.122
Financiamentos Habitacionais	384.203	(90.648)	293.555
Total	962.798	(94.121)	868.677

REB**Em R\$ mil**

	Valor Bruto	Provisão para perda com inadimplência	Valor Líquido
Empréstimos	12.108	(9)	12.099
Total	12.108	(9)	12.099

Total Geral	974.906	(94.130)	880.776
--------------------	----------------	-----------------	----------------

2003**REG/REPLAN****Em R\$ mil**

	Valor Bruto	Provisão para perda com inadimplência	Valor Líquido
Empréstimos	458.174	(2.581)	455.593
Financiamentos Habitacionais	410.601	(67.473)	343.128
Total	868.775	(70.054)	798.721

REB**Em R\$ mil**

	Valor Bruto	Provisão para perda com inadimplência	Valor Líquido
Empréstimos	6.623	(8)	6.615
Total	6.623	(8)	6.615

Total Geral	875.398	(70.062)	805.336
--------------------	----------------	-----------------	----------------

C. EMPRÉSTIMOS - COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDA COM INADIMPLÊNCIA POR FAIXA DE ATRASO:**2004****REG/REPLAN****Em R\$ mil**

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão para perda	Provisão para perda com inadimplência
até 60	74	1.603	1.677	0%	-
61-120	17	214	231	25%	58
121-240	70	515	585	50%	293
241-360	93	302	395	75%	296
> 360	2.222	604	2.826	100%	2.826
Total	2.476	3.238	5.714		3.473

REB

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão para perda	Provisão para perda com inadimplência
até 60	2	56	58	0%	-
61-120	-	3	3	25%	1
121-240	-	3	3	50%	2
241-360	1	-	1	75%	1
> 360	1	5	6	100%	6
Total	4	67	71		9

Total Geral	2.480	3.305	5.785		3.482
--------------------	--------------	--------------	--------------	--	--------------

2003**REG/REPLAN****Em R\$ mil**

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão para perda	Provisão para perda com inadimplência
até 60	31	621	652	0%	-
61-120	12	139	151	25%	38
121-240	69	369	438	50%	220
241-360	52	112	164	75%	123
> 360	1.529	671	2.200	100%	2.200
Total	1.693	1.912	3.605		2.581

**REB**

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão para perda	Provisão para perda com inadimplência
até 60	1	12	13	0%	-
61-120	-	15	15	25%	4
121-240	1	8	9	50%	4
241-360	-	-	-	75%	-
> 360	-	-	-	100%	-
Total	2	35	37		8
Total Geral	1.695	1.947	3.642		2.589

D. FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDA COM INADIMPLÊNCIA POR FAIXA DE ATRASO:
2004**REG/REPLAN**

Em R\$ mil

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão	Provisão para perda com inadimplência
até 60	108	6.586	6.694	0%	0
61-120	158	4.868	5.026	25%	1.256
121-240	511	8.265	8.776	50%	4.388
241-365	498	4.817	5.315	75%	3.987
> 365	29.909	49.450	79.359	100%	79.359
Imóveis adjudicados	1.658	-	1.658	100%	1.658
Total	32.842	73.986	106.828		90.648

2003**REG/REPLAN**

Em R\$ mil

Dias de Inadimplência	Créditos Vencidos	Créditos Vincendos	Total de Crédito	% Provisão	Provisão para perda com inadimplência
até 60	274	7.395	7.669	0%	-
61-120	142	4.927	5.069	25%	1.267
121-240	271	5.246	5.517	50%	2.759
241-365	439	4.767	5.206	75%	3.905
> 365	20.464	39.079	59.543	100%	59.542
Total	21.590	61.414	83.004		67.473

* Foram baixados 11 contratos de financiamento habitacional e concomitante inclusão dos imóveis na carteira imobiliária, por causa da arrematação destes pela FUNCEF. A diferença entre o saldo devedor, na data da arrematação, e o valor destacado na carta de arrematação foi reconhecido como perda.

Em 8 de novembro de 2001, aos mutuários interessados em quitar os saldos devedores, foi autorizada a concessão de descontos que expressa os seguintes valores:

REG/REPLAN

Em R\$ mil

Contratos Quitados	2004	2003
Saldo devedor	30.035	22.242
Desconto Concedido (*)	(4.031)	(2.981)
Valor amortizado	26.004	19.261

(*) O desconto concedido está registrado na rubrica Operações com Participantes, no Programa de Investimentos.

9. OUTROS REALIZÁVEIS

Referem-se à restituição do Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$25.881 mil (R\$ 34.242 em 2003), correspondente ao período entre fevereiro de 1987 e fevereiro de 1992, sobre os diversos investimentos de Renda Fixa e Variável, da época. A restituição está sendo realizada em dez parcelas anuais (precatórios), permanecendo remanescentes seis parcelas a receber.



10. ATIVO PERMANENTE

Em 31 de dezembro 2004 e 2003, a composição do ativo permanente é a seguinte:

REG/REPLAN

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	CUSTO ATUALIZADO	TAXA A.A.	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	2004 VALOR LÍQUIDO	2003 VALOR LÍQUIDO
Imobilizado	29.271		(7.387)	21.884	20.161
Imóveis de Uso Próprio	16.773	2%	(1.849)	14.924	14.705
Bens Móveis	12.498		(5.538)	6.960	5.456
Móveis Utensílios	1.826	10%	(1.274)	552	702
Máquinas e Equipamentos	934	10%	(416)	518	625
Computadores e Periféricos	9.555	20%	(3.807)	5.748	3.939
Direitos de Uso Telefônico	108	0%	-	108	108
Veículos	75	20%	(41)	34	48
Outras Imobilizações	-	0%	-	-	34
Diferido	13.639		(4.307)	9.332	6.774
Software	7.820	20%	(4.307)	3.513	2.091
Desenvolvimento de software	5.819		-	5.819	4.683
Marcas e Patentes	-		-	-	-
Total	42.910		(11.694)	31.216	26.935

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL

A. PROGRAMA PREVIDENCIAL

REG/REPLAN

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2004	2003
RESTITUIÇÕES	115.260	10.916
Fundo Mútuo (Migração)*	37.526	-
Provisão de devolução de reserva de poupança**	37.704	10.916
Reservas PMPP***	40.030	-
FOLHA ASSISITIDOS	291	271
OUTRAS EXIGIBILIDADES	29.313	4.092
Convênio INSS/CEF/FUNCEF	-	592
Tributos a Recolher****	29.139	3.411
Entidades Convenientes	174	89
TOTAL	144.864	15.279

REB

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2004	2003
FOLHA ASSISITIDOS	477	14
OUTRAS EXIGIBILIDADES	246	412
Convênio INSS/CEF/FUNCEF	-	1
Tributos a Recolher	224	411
Entidades Convenientes	22	-
TOTAL	723	426

TOTAL GERAL	145.587	15.705
--------------------	----------------	---------------

(*) Refere-se à parcela do saldo de conta, não resgatável, dos participantes do REG/REPLAN que optaram pela migração e em seguida se desligaram da FUNCEF. Conforme Regulamento do plano de benefício REB, esses resíduos destinam-se ao Fundo de Garantia de Reserva de Cobertura do plano. Esse direito será objeto de análise quando da finalização do processo de migração e segregação patrimonial.

(**) Foram provisionados os valores devidos aos ex-participantes (se desligaram e não requereram o resgate) a título de reserva de poupança, no percentual de 100% das contribuições do empregado, bem como parcela suplementar daqueles que resgataram em percentual inferior.

(***) Referem-se aos recursos recebidos da CAIXA, quando do acordo e pagamento da dívida, destinados ao pagamento do benefício mínimo para os aposentados oriundos do Plano de Melhoria de Proventos e Pensões (PMPP), que poderão, futuramente, ingressar em plano de benefício administrado pela FUNCEF. Essas reservas estão atualizadas pela variação do CDI.

(****) Refere-se ao IR sobre o Pecúlio Especial de Migração (incentivo à renúncia das ações judiciais, movidas em desfavor da FUNCEF e da CAIXA), ressarcido pela CAIXA. Em resposta à consulta da FUNCEF, a Secretaria da Receita Federal indicou que a operação constituiu fato gerador de imposto de renda. A FUNCEF recorreu à Justiça e depositou em juízo os valores atualizados por SELIC, a partir da data de vencimento do imposto, trimestral, até a data do depósito.



B. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

REG/REPLAN			Em R\$ mil
Descrição	2004	2003	
Renda Fixa *	5.800	73	
Renda Variável **	84.681	63	
Investimentos Imobiliários	2.846	7.676	
Operações com Participantes	1.697	2.945	
Relacionados com Tributos	3.697	3.845	
TOTAL	98.721	14.602	

REB			Em R\$ mil
Descrição	2004	2003	
Renda Fixa	10	10	
Operações com Participantes	9	58	
Relacionados com Tributos	271	183	
TOTAL	290	251	

TOTAL GERAL	99.011	14.853	
--------------------	---------------	---------------	--

(*) Inclui os compromissos relativos à aquisição de quotas de Fundo de Investimentos de Direito Creditório com integralização parcelada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 5.710 mil.

(**) Refere-se preponderantemente à obrigação de integralização de cotas do Fundo de Investimentos em Participações (FIP) no montante de R\$ 84.552 mil.

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FUNCEF é parte em processos contingenciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

O critério adotado pela FUNCEF considera a possibilidade de ocorrência de perda, nas ações de pólo passivo, com base na avaliação jurídica de cada ação.

A eventual perda foi enquadrada em provável, possível e remota para fins de registro nas demonstrações contábeis, levando-se em consideração a regra

de aprovisionar 100% do valor apurado nos processos avaliados como perda provável, 50% naqueles indicados como perda possível e nenhum tratamento contábil para indicação de perda remota.

Foi considerada, no exigível contingencial, a provisão de 10% referente aos honorários de sucumbência sobre as ações que tramitam na justiça comum, excluindo os processos de origem trabalhista.

REG/REPLAN			Em R\$ mil
	2004	2003	
PREVIDENCIAL	536.791	514.962	
Ações Judiciais (a)	161.413	193.323	
(-) Depósito Judicial e Recursal	(4.209)	(2.373)	
Ações de Migração para o REB (b)	375.681	324.012	
Sucumbência (a)	3.906	-	
ADMINISTRATIVO	-	-	
Ações de Judiciais (c)	2.692	-	
(-) Depósito Judicial e Recursal	(2.692)	-	
INVESTIMENTO	60.269	24.799	
Ações Judiciais (a)	43.877	4.210	
Outros (d)	3.649	-	
(-) Depósito Judicial e Recursal	(30.501)	(1.202)	
Indenização à CNP Assurance -SASSE (e)	38.899	21.791	
Sucumbência (a)	4.345	-	
TOTAL	597.060	539.761	

REB			Em R\$ mil
	2004	2003	
PREVIDENCIAL	2.949	-	
Ações Judiciais (a)	2.925	-	
Sucumbência (a)	24	-	
INVESTIMENTO	23	-	
Ações Judiciais (a)	21	-	
Sucumbência (a)	2	-	
TOTAL	2.972	-	



CLUBE IMOBILIÁRIO

Em R\$ mil

	2004	2003
ASSISTENCIAL	13	-
Ações Judiciais	13	-
(-) Depósito Judicial e Recursal	-	-
TOTAL	13	-
TOTAL CONSOLIDADO PREVIDENCIAL	539.740	514.962
TOTAL CONSOLIDADO ASSISTENCIAL	13	-
TOTAL CONSOLIDADO ADMINISTRATIVO	-	-
TOTAL CONSOLIDADO INVESTIMENTO	60.292	24.799
TOTAL GERAL	600.045	539.761

A. COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO, POR PLANO, CLASSIFICAÇÃO E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA:

Contencioso Jurídico Contabilizado

		REG/REPLAN	REB	Total
Programa Previdencial	Provável	133.640	2.744	136.384
	Possível	27.773	181	27.954
	Total	161.413	2.925	164.338
Programa de Investimentos	Provável	7.944	18	7.962
	Possível	35.933	3	35.936
	Total	43.877	21	43.898
Total Geral		205.290	2.946	208.236

Honorários de Sucumbência Líquido

		REG/REPLAN	REB	Total
Programa Previdencial	Provável	2.272	20	2.292
	Possível	1.634	4	1.638
	Total	3.906	24	3.930
Programa de Investimentos	Provável	775	2	777
	Possível	3.570	0	3.570
	Total	4.345	2	4.347
Total Geral		8.251	26	8.277

B. MIGRAÇÃO REG/REPLAN X REB

O processo de migração entre Planos, do REG/REPLAN para o REB, ainda não foi concluído, tendo sido suspenso por meio de liminares judiciais, em 2002, dois dias antes do encerramento do prazo para que os participantes e assistidos da Fundação se manifestassem quanto à adesão ao REB.

Em 2004, apesar da cassação das liminares, a Fundação optou por manter administrativamente suspenso o processo de migração que culminou na não-segregação patrimonial entre REG/REPLAN e REB, considerando dois fatores:

* O Grupo de Trabalho "Trânsito Financeiro e Contábil entre Planos" está ainda em andamento;

* O processo de instituição do novo plano de benefícios da FUNCEF está em discussão, sendo possível que o participante do REG/REPLAN, que optou pelo REB, venha a aderir ao novo plano, o que teria consequências na operacionalização da segregação patrimonial entre REG/REPLAN e REB, em particular podendo dispensar a necessidade de migrar recursos do primeiro para o segundo plano.

Considerando que não houve apreciação do mérito das demandas foi mantida a provisão no montante de R\$ 375.681 mil (R\$ 324.012 mil em 2003). (Nota 4).

A FUNCEF vem pagando àqueles que transacionaram os direitos das demandas ajuizadas por eles no passado, os valores correspondentes aos direitos por eles detidos no REB, por meio de benefícios, embora a vinculação associativa permaneça, formalmente, no REG/REPLAN.

C. AÇÃO RELATIVA À CONTRIBUIÇÃO DE PIS

A Fundação recebeu da Secretaria da Receita Federal uma autuação de PIS, anterior à Medida Provisória nº 2.222/01. Após as



providências de defesa administrativa e o recolhimento dos valores avaliados pertinentes, a Receita Federal inscreveu débitos no CNPJ da FUNCEF, incluindo os ganhos de reavaliação imobiliária na base de cálculo do referido imposto. Assim, a Fundação recorreu à Justiça e depositou em juízo o montante de R\$ 2.675 mil, cujo valor foi objeto de provisionamento no Contencioso do Programa Administrativo, do plano REG/REPLAN, não tendo sido objeto de rateio entre os demais planos por se tratar da carteira imobiliária pertencente ao plano REG/REPLAN (Nota 7).

D. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - AÇÕES PÓLO ATIVO

O montante de R\$ 3.649 mil refere-se aos honorários de êxito previstos nos contratos firmados com os escritórios terceirizados.

E. VENDA DA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA CAIXA SEGUROS (EX-SASSE)

A FUNCEF vendeu sua participação na Caixa Seguros (ex - Sasse) para a CNP Assurance. À época foi exigido o bloqueio de R\$ 265.242 mil no Fundo de Aplicação em Quotas de Fundos de Investimentos, Conta de Depósito, como garantia à identificação de possíveis irregularidades ou imprevistos em relação às declarações prestadas ao comprador.

Em razão do pedido de indenização da CNP Participações apresentado à FUNCEF, a administração mantém registrado o montante de R\$ 38.899 mil (R\$ 21.791 em 2003), atualizado, atribuível como perda provável, com base em estudos realizados por consultores internos e externos.

13. EXIGÍVEL ATUARIAL

As Provisões Matemáticas foram calculadas e estão compostas conforme demonstrado a seguir:

REG/REPLAN	Em R\$ mil	
	2004	2003
Benefícios Concedidos	5.242.125	4.854.146
Benefícios do plano	5.242.125	4.854.146
Benefícios a Conceder	6.023.077	5.731.614
Benefícios do plano c/ geração atual	8.258.193	8.043.070
(-) Outras contribuições – geração atual	(2.235.116)	(2.311.456)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(759)	(800)
Reserva a amortizar (-)	(759)	(800)
EXIGÍVEL ATUARIAL	11.264.443	10.584.960

REB	Em R\$ mil	
	2004	2003
Benefícios Concedidos	540.266	496.061
Benefícios do plano	540.266	496.061
Benefícios a Conceder	48.102	31.359
Benefícios do plano c/ geração atual	48.102	31.359
EXIGÍVEL ATUARIAL	588.368	527.420

TOTAL GERAL	11.852.811	11.112.380
--------------------	-------------------	-------------------

14. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Compreende o excedente ou a insuficiência patrimonial (deficit/superavit) em relação aos compromissos totais da Fundação.

Está registrado na rubrica superavit técnico o resultado acumulado até 2002, uma vez que, atendendo à exigência atuarial, todo resultado do REG/REPLAN apurado em 2004 e 2003, no montante de R\$ 1.755.629 mil (R\$ 218.151 mil em 2003), foi incorporado ao fundo previdencial para ajuste dos planos.



O quadro a seguir demonstra a constituição e atualização do Fundo Previdencial para Ajuste dos Planos (REG/REPLAN) que incluiu os resultados apurados em 2004 e 2003:

REG/REPLAN	Em R\$ mil	
	2004	2003
SALDO ANTERIOR	3.211.779	2.770.459
Atualização (INPC + 6%)	399.107	223.170
Segregação das reservas PMPP *	(34.457)	-
Incorporação do superavit do exercício	1.755.629	218.151
SALDO FINAL	5.332.058	3.211.779

(*) A reversão contempla o valor recebido da CAIXA acrescido da atualização por CDI até 31 de dezembro de 2003. Nota 11, letra a ***.

O plano REB apresenta um superavit técnico acumulado de R\$ 72.898 mil até 2004 (R\$ 72.898 mil até 2003).

15. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

A administração dos investimentos é exercida pela própria FUNCEF e por gestores terceirizados. O desempenho apresentado a seguir foi apurado com base nas médias das rentabilidades diárias das carteiras de investimentos:

REG/REPLAN	Em R\$ mil			
CARTEIRA	Resultados de 2004 (*)		Resultados de 2003 (*)	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	1.750.794	17,96	1.661.920	26,45
Renda Variável	1.175.628	55,49	616.778	26,97
Investimentos Imobiliários	208.580	14,69	16.166	0,74
Operações com Participantes	98.815	12,09	132.226	20,40
Outros Investimentos	1.226	3,61	1.311	0,43
TOTAL	3.235.043	22,87	2.428.401	21,55

REB

Em R\$ mil

CARTEIRA	Resultados de 2004 (*)		Resultados de 2003 (*)	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	105.170	18,02	83.701	29,04
Operações com Participantes	1.526	16,13	294	20,63
TOTAL	106.696	17,99	83.995	29,01

Auxílio Pecúlio (*)

Em R\$ mil

CARTEIRA	Resultados de 2004 (*)		Resultados de 2003 (*)	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	47	8,61	104	23,40
Aplicação em Instituição Financeira	47	8,61	104	23,40
TOTAL	47	8,61	104	23,40

(*) Resultado acumulado até 04 de agosto de 2004.

Clube Imobiliário

Em R\$ mil

CARTEIRA	Resultados de 2004 (*)		Resultados de 2003 (*)	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	618	14,69	2.331	29,48
Aplicação em Instituição Financeira	618	14,69	2.331	29,48
TOTAL	618	14,69	2.331	29,48

CONSOLIDADO

Em R\$ mil

CARTEIRA	Resultados de 2004 (*)		Resultados de 2003 (*)	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	1.856.629	17,96	1.748.056	26,58
Renda Variável	1.175.628	55,49	616.778	26,97
Investimentos Imobiliários	208.580	14,69	16.166	0,82
Operações com Participantes	100.341	12,14	132.520	20,41
Outros Investimentos	1.226	3,61	1.311	6,35
TOTAL	3.342.404	22,67	2.514.831	21,68

(*) resultado financeiro descontados os efeitos tributários.

As taxas utilizadas como benchmark dos investimentos foram: Renda Fixa, SELIC 16,25% (23,35% em 2003); Renda Variável, Ibovespa 17,74% (97,34% em 2003); Investimentos Imobiliários e Operações com participantes, Atuarial 12,61% (17,06% em 2003).



16. PARTES RELACIONADAS

A FUNCEF possui operações com a CAIXA (patrocinadora), as quais foram realizadas em condições e prazos considerados pela administração compatíveis aos de mercado e estão discriminadas a seguir:

REG/REPLAN Em R\$ mil

Composição	2004	2003
Poupança	5.249	1.229
Fundo de Aplicação em Quotas	1.733.179	1.521.239
CAIXA FAQ V	1.346.409	1.213.990
CAIXA FAQ IX	386.770	307.249
Letras de Crédito Imobiliário	51.590	51.578
Letras Hipotecárias	58.419	68.149
TOTAL	1.848.437	1.642.195

REB Em R\$ mil

Composição	2004	2003
Fundo de Aplicação em Quotas	51.290	24.008
CAIXA FAQ XIII	51.290	24.008
TOTAL	51.290	24.008

Clube Imobiliário Em R\$ mil

Composição	2004	2003
Fundo de Aplicação em Quotas	2.027	10.181
CAIXA FAQ XII	2.027	10.181
TOTAL	2.027	10.181

Auxílio Pecúlio Em R\$ mil

Composição	2004	2003
Fundo de Aplicação em Quotas	-	546
FAQ INVESTIDOR	-	546
TOTAL	-	546

TOTAL GERAL	1.901.754	1.676.930
--------------------	------------------	------------------

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

A. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES

A movimentação dos participantes da FUNCEF deu-se conforme o seguinte quadro:

	2004	2003	Variação	%
Assistidos	22.189	21.737	452	2,08
REG/REPLAN	5.931	7.321	(1.390)	(18,99)
REB	16.258	14.416	1.842	12,78
Ativos	48.214	48.991	(777)	(1,59)
REG/REPLAN	40.672	45.081	(4.409)	(9,78)
REB	7.542	3.910	3.632	92,89
Total de Participantes	70.403	70.728	(325)	(0,46)
REG/REPLAN	46.603	52.402	(5.799)	(11,07)
REB	23.800	18.326	5.474	29,87
Retuição de reserva de poupança	419	843	(424)	(50,30)
REG/REPLAN	189	491	(302)	(61,51)
REB	230	352	(122)	(34,66)

B. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

No exercício de 2004 foram registradas despesas no montante de R\$ 13.462 mil referentes a IR - RET (R\$ 13.903 mil em 2003) e R\$ 352 mil e R\$ 2.166 mil referentes a PIS e COFINS (R\$ 340 mil e R\$ 1.763 mil em 2003), respectivamente.

Foi revogada a Medida Provisória nº 2.222/01 (dispõe sobre a tributação, pelo IR, dos planos de benefícios de caráter previdenciário), por meio da Medida Provisória nº 209, de 26 de agosto de 2004. Portanto, para 2005, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, estão isentas do imposto sobre a renda, conforme Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa SRF nº 497, de 24 de janeiro de 2005.



C. ADESÃO DE PARTICIPANTES

Em 2004, a FUNCEF recebeu alguns assistidos, oriundos da Prevhab, que estavam sob a administração da CAIXA, num total de 55 participantes assistidos (1.986 em 2003). Esse processo foi autorizado pela SPC, conforme Ofício nº 1881/SPC/CGAJ, e ocorreu após manifestação de interesse por meio do termo de adesão ao Plano de Benefícios REB, quando passaram a receber o pecúlio especial por Transação de Direitos e foram incluídos na folha de benefícios da FUNCEF. O montante de recursos recebidos da CAIXA para cobertura da Reserva Matemática foi de R\$ 7.800 mil (R\$ 569.409 mil em 2003).

D. BANCO SANTOS

As aplicações no Banco Santos feitas por meio de gestão terceirizada em Fundos de Investimentos foram integralmente provisionadas para perda, no montante de R\$10.000 mil, com conseqüente redução no valor da quota do fundo.

E. CUSTÓDIA DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As ações estão custodiadas, basicamente, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), vinculada à Bolsa de Valores de São Paulo. Os títulos privados de renda fixa estão custodiados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e em instituições financeiras autorizadas a operar nesse mercado, enquanto os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Atendendo à exigência da Resolução CMN nº 3.121/03, a FUNCEF contratou o Banco Santander do Brasil S.A., devidamente credenciado na Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de custódia de títulos e valores mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativo às operações no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável.

Brasília, 31 de dezembro de 2004.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
Diretor Presidente
CPF: 142.475.006-78

SERGIO FRANCISCO DA SILVA
Diretor de Benefícios
CPF: 037.302.708-77

DEMOSTHENES MARQUES
Diretor de Finanças
CPF: 468.327.930-49

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARRÓS
Coordenadora de Contabilidade – DICON / GECOP
CRC: MG-067993/0-3 T-DF

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
Diretor Imobiliário
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
Diretor de Controladoria
CPF: 620.985.947-04

JOSE LINO FONTANA
Gerente Executivo – DICON / GECOP
CRC: ES-012051/0-2/0-S-DF



**BALANÇOS PATRIMONIAIS DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
CONSOLIDADO FUNCEF**

**CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL**

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
DISPONÍVEL	1.331	2.668	EXIGÍVEL OPERACIONAL	262.364	37.942
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	145.587	15.705
			PROGRAMA ASSISTENCIAL	96	95
			PROGRAMA ADMINISTRATIVO	17.670	7.289
			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	99.011	14.853
REALIZÁVEL	18.412.954	15.296.374	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	600.045	539.761
PROGRAMA PREVIDENCIAL	407.246	353.896	PROGRAMA PREVIDENCIAL	539.740	514.962
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	8.344	1.447	PROGRAMA ASSISTENCIAL	13	-
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	17.997.364	14.941.031	PROGRAMA INVESTIMENTO	60.292	24.799
RENTA FIXA *	12.207.007	9.865.013			
RENTA VARIÁVEL	3.308.235	2.674.633	RESERVA TÉCNICA	11.852.811	11.112.380
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.575.464	1.561.807	PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.852.811	11.112.380
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	880.776	805.336	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	5.782.391	5.350.207
OUTROS REALIZÁVEIS	25.882	34.242	BENEFÍCIOS A CONCEDER	6.071.179	5.762.973
			(-) PROV. MATEMATICAS A CONSTITUIR	(759)	(800)
PERMANENTE	31.216	26.935	RESERVAS E FUNDOS	5.730.281	3.635.894
IMOBILIZADO	21.884	20.161	EQUILÍBRIO TÉCNICO	316.329	316.329
DIFERIDO	9.332	6.774	RESULTADOS REALIZADOS	316.329	316.329
			SUPERAVIT TECNICO ACUMULADO	316.329	316.329
			FUNDOS	5.413.952	3.319.565
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	5.345.583	3.249.580
			PROGRAMA ASSISTENCIAL	1.930	10.626
			PROGRAMA ADMINISTRATIVO	66.439	59.359
TOTAL DO ATIVO	18.445.501	15.325.977	TOTAL DO PASSIVO	18.445.501	15.325.977

* Consideram-se os valores do Auxílio Pecúlio.

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE DE CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
CONSOLIDADO FUNCEF****CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL**

	CONTAS	DEZ/04	DEZ/03
	PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+)	RECURSOS COLETADOS	263.979	5.007.934
(-)	RECURSOS UTILIZADOS	(623.735)	(1.903.077)
(+/-)	CONST/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(27.116)	(51.148)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(24.126)	(21.790)
(+/-)	RESULTADOS DOS INVEST. PREVIDENCIAIS	3.247.432	2.461.385
(+/-)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE PROVISÕES ATUARIAIS	(740.431)	(2.201.725)
(+/-)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	(2.096.003)	(3.218.542)
(=)	SUPERAVIT/DEFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0	73.037
	PROGRAMA ASSISTENCIAL		
(-)	RECURSOS UTILIZADOS	(9.360)	(100)
(+/-)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(1)	(12)
(+/-)	RESULTADOS DOS INVEST. ASSISTENCIAIS	665	2.436
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	(8.696)	2.324
	PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS	45.665	41.510
(+)	RECEITAS	2.189	820
(-)	DESPESAS	(46.056)	(41.867)
(+/-)	CONST/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(2.692)	-
(+/-)	RESULTADOS DOS INVEST. ADMINISTRATIVOS	7.973	8.298
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	7.079	8.761
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-)	RENDA FIXA	1.879.205	1.781.013
(+/-)	RENDA VARIÁVEL	1.178.151	617.400
(+/-)	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	210.281	17.736
(+/-)	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	101.781	134.009
(+/-)	RELACIONADOS COM TRIBUTOS	(28.240)	(36.639)
(+/-)	OUTROS INVESTIMENTOS	1.226	1.311
(+/-)	CONST/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(64.795)	(22.993)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(21.539)	(19.719)
(+/-)	RESULTADOS RECEBIDOS/TRANSF. DE OUTROS PROGRAMAS	(3.256.070)	(2.472.118)
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	0	0

* Consideram-se os valores do Auxílio Pecúlio.

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DFBRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO
CONSOLIDADO FUNCEF****CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL**

	DISCRIMINAÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
	PROGRAMA PREVIDENCIAL	(285.563)	3.094.712
(+)	Entradas	263.978	5.009.790
(+)	Recursos Coletados	263.978	5.007.934
(+)	Constituições/Reversões de Contingências	-	1.856
(-)	Saídas	(549.541)	(1.915.078)
(-)	Recursos Utilizados	(623.735)	(1.903.076)
(+)	Utilizações a Pagar	104.826	3.971
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(28.293)	(15.973)
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	(2.339)	-
(+/-)	PROGRAMA ASSISTENCIAL	(9.346)	(109)
(+)	Entradas	12	-
(+)	Constituições/Reversões de Contingências	12	-
(-)	Saídas	(9.358)	(109)
(-)	Recursos Utilizados	(9.359)	(101)
(+)	Utilizações a Pagar	1	4
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	-	(12)
(+/-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(47.356)	(40.428)
(+)	Entradas	2.181	2.744
(+)	Receitas	2.189	820
(-)	Receitas a Receber	(8)	-
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	1.924
(-)	Saídas	(49.537)	(43.172)
(-)	Despesas	(46.056)	(41.866)
(+)	Despesas a Pagar	11.068	(729)
(-)	Despesas Futuras	(111)	(40)
(-)	Permanente	(4.282)	(536)
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(7.464)	-
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	(2.692)	-
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	340.928	(3.054.930)
(+/-)	Renda Fixa	(457.064)	(3.591.972)
(+/-)	Renda Variável	629.168	447.519
(+/-)	Investimentos Imobiliários	191.794	146.267
(+/-)	Operações com Participantes	25.043	(33.096)
(+/-)	Relacionados com Tributos	(28.299)	(35.914)
(+/-)	Outros Investimentos	9.588	10.460
(+/-)	Constituições/Reversões de Contingências	(29.302)	1.806
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	(1.337)	(755)
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	(1.337)	(755)

(-)	DISPONÍVEL INICIAL	2.668	3.423
(+)	DISPONÍVEL FINAL	1.331	2.668

(*) Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02.

Brasília, 31 de dezembro de 2004.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DFBRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF



DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL / ASSISTENCIAL CONSOLIDADO FUNCEF

**CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL**

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
ATIVO	18.445.501	15.325.977	PASSIVO	18.445.501	15.325.977
DISPONÍVEL	1.331	2.668	CONTAS A PAGAR	262.364	37.942
			VALORES EM LITÍGIO	600.045	539.761
CONTAS A RECEBER	415.590	355.343			
			COMPROMISSOS		
APLICAÇÕES	17.997.364	14.941.031	C/PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	11.852.811	11.112.380
Renda Fixa	12.207.007	9.865.013			
Renda Variável	3.308.236	2.674.633	FUNDOS (*)	5.413.952	3.319.565
Imóveis	1.575.464	1.561.807			
Empréstimos / Financiamentos	880.776	805.336	EQUILÍBRIO TÉCNICO	316.329	316.329
Outras	25.881	34.242	Resultados Realizados	316.329	316.329
			Superávit Técnico Acumulado	316.329	316.329
BENS DE USO PRÓPRIO	31.216	26.935	(-) Déficit Técnico Acumulado	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(+) CONTRIBUIÇÕES	263.979	5.007.934
(-) BENEFÍCIOS	(633.095)	(1.903.177)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	3.342.404	2.514.831
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	2.973.288	5.619.588
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO (LÍQ. DAS RECEITAS)	(43.866)	(41.047)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(94.604)	(74.153)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(740.431)	(2.201.725)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(2.094.387)	(3.229.626)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-	73.037

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:

A FUNCEF obteve, neste exercício, rentabilidade de 22,67% (21,68% em 2003) em seus ativos de investimento

O resultado apurado na carteira de Renda Fixa destaca-se pela variação do CDI Over que, em 2004, variou de 16,26 % para 17,76% a.a. (24,82% para 16,27%a.a. em 2003) no tocante aos FAQ's; pela variação da taxa SELIC que em 2004 variou de 16,50 % para 17,75

Em Renda Variável destaca-se a alta do Ibovespa em 17,74 % (97,10 % em 2003), a reavaliação do ativo Litel - Fundo Carteira Ativa II e a apropriação do direito a receber em consequência a homologação do acordo com Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda (a

A carteira imobiliária foi impactada pela reavaliação de seus ativos, reversão das provisões para perda dos ativos Jequiá / PE (precatório) / Alienação; Global Shopping e Cuiabá Shopping. Vide nota 7.

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS PLANOS:

Para suportar as despesas inerentes à administração dos Planos, foram consideradas como fontes de custeio os recursos provenientes dos seguintes programas:

•REG/REPLAN

a) Programa Previdencial: 8 % sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos associados ativos

b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

•REB 1998

a) Programa Previdencial: 15 % sobre as contribuições normais da patrocinadora e a taxa de administração dos participantes assistidos (2% sobre os benefícios). Previsto em regulamento

• REB 2002

a) Programa Previdencial: 15 % sobre as contribuições normais (participantes ativos e patrocinadora). Previsto em regulamento

• REB1998 / 2002

b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

• CLUBE IMOBILIÁRIO

- As despesas incorridas são registradas no Programa Assistencial

- Plano em fase de extinção (nota 8, letra b)

• AUXÍLIO PECÚLIO

- Plano sem Custeio Administrativo;

- Plano extinto em agosto/2004



BALANÇOS PATRIMONIAIS DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
REG/REPLAN

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
DISPONÍVEL	1.329	2.667	EXIGÍVEL OPERACIONAL	255.751	36.903
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	144.864	15.279
			PROGRAMA ADMINISTRATIVO	12.166	7.022
			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	98.721	14.602
REALIZÁVEL	17.721.529	14.673.984	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	597.060	539.761
PROGRAMA PREVIDENCIAL	401.015	352.274	PROGRAMA PREVIDENCIAL	536.791	514.962
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	3.369	1.062	PROGRAMA INVESTIMENTO	60.269	24.799
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	17.317.145	14.320.648			
RENTA FIXA	11.538.887	9.251.245	RESERVA TÉCNICA	11.264.443	10.584.960
RENTA VARIÁVEL	3.308.235	2.674.633	PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.264.443	10.584.960
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.575.464	1.561.807	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	5.242.125	4.854.146
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	868.677	798.721	BENEFÍCIOS A CONCEDER	6.023.077	5.731.614
OUTROS REALIZÁVEIS	25.882	34.242	(-) PROV. MATEMATICAS A CONSTITUIR	(759)	(800)
PERMANENTE	31.216	26.935	RESERVAS E FUNDOS	5.636.820	3.541.962
IMOBILIZADO	21.884	20.161	EQUILÍBRIO TÉCNICO	243.431	243.431
DIFERIDO	9.332	6.774	RESULTADOS REALIZADOS	243.431	243.431
			SUPERAVIT TECNICO ACUMULADO	243.431	243.431
			FUNDOS	5.393.389	3.298.531
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	5.332.058	3.241.631
			PROGRAMA ADMINISTRATIVO	61.331	56.900
TOTAL DO ATIVO	17.754.074	14.703.586	TOTAL DO PASSIVO	17.754.074	14.703.586

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 - REG/REPLAN

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

	CONTAS	DEZ/04	DEZ/03
	PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+)	RECURSOS COLETADOS	239.776	4.426.779
(-)	RECURSOS UTILIZADOS	(568.201)	(1.828.302)
(-/+)	CONST/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(24.168)	(51.148)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(19.302)	(20.321)
(-/+)	RESULTADOS DOS INVEST. PREVIDENCIAIS	3.141.804	2.377.680
(-/+)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE PROVISÕES ATUARIAIS	(679.482)	(1.692.909)
(-/+)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	(2.090.427)	(3.211.779)
(=)	SUPERAVIT/DEFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-	-
	PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS	40.305	40.025
(+)	RECEITAS	2.189	820
(-)	DESPESAS	(42.835)	(41.773)
(-/+)	CONST/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(2.692)	-
(+/-)	RESULTADOS DOS INVEST. ADMINISTRATIVOS	7.464	8.023
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	4.431	7.095
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-)	RENDA FIXA	1.771.926	1.694.036
(+/-)	RENDA VARIÁVEL	1.178.151	617.401
(+/-)	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	210.281	17.735
(+/-)	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	100.204	133.686
(+/-)	RELACIONADOS COM TRIBUTOS	(26.746)	(35.769)
(+/-)	OUTROS INVESTIMENTOS	1.226	1.311
(-/+)	CONST/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(64.772)	(22.993)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(21.002)	(19.703)
(+/-)	RESULTADOS RECEBIDOS/TRANSF. DE OUTROS PROGRAMAS	(3.149.268)	(2.385.704)
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	-	-

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO REG/REPLAN

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

	DISCRIMINAÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(+/-)	PROGRAMA PREVIDENCIAL	(249.920)	2.589.533
(+)	Entradas	239.776	4.428.635
(+)	Recursos Coletados	239.776	4.426.779
(-)	Recursos a Receber	-	-
(+)	Recursos Futuros	-	-
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	-
(+)	Constituições/Reversões de Contingências	-	1.856
(-)	Saídas	(489.696)	(1.839.102)
(-)	Recursos Utilizados	(568.201)	(1.828.302)
(+)	Utilizações a Pagar	104.363	3.960
(-)	Utilizações Futuras	-	-
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(23.519)	(14.760)
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	(2.339)	-
(+/-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(44.782)	(40.227)
(+)	Entradas	2.181	3.100
(+)	Receitas	2.189	819
(-)	Receitas a Receber	(8)	-
(+)	Receitas Futuras	-	-
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	2.281
(+)	Constituições/Reversões de Contingências	-	-
(+)	Operações Transitórias	-	-
(-)	Saídas	(46.963)	(43.327)
(-)	Despesas	(42.835)	(41.773)
(+)	Despesas a Pagar	5.832	(978)
(-)	Despesas Futuras	(111)	(40)
(-)	Permanente	(4.282)	(536)
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(2.875)	-
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	(2.692)	-
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	293.364	(2.550.062)
(+/-)	Renda Fixa	(509.989)	(3.094.054)
(+/-)	Renda Variável	629.168	447.519
(+/-)	Investimentos Imobiliários	191.794	146.267
(+/-)	Operações com Participantes	28.999	(26.951)
(+/-)	Relacionados com Tributos	(26.894)	(35.109)
(+/-)	Outros Investimentos	9.588	10.460
(+/-)	Constituições/Reversões de Contingências	(29.302)	1.806
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	(1.338)	(756)
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	(1.338)	(756)
(-)	DISPONÍVEL INICIAL	2.667	3.423
(+)	DISPONÍVEL FINAL	1.329	2.667

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF



DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL - REG/REPLAN

CGC 00.436.923/0001-90

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
ATIVO	17.754.074	14.703.586	PASSIVO	17.754.074	14.703.586
DISPONÍVEL	1.329	2.667	CONTAS A PAGAR	255.751	36.903
CONTAS A RECEBER	404.384	353.336	VALORES EM LITÍGIO	597.060	539.761
APLICAÇÕES	17.317.146	14.320.648	COMPROMISSOS C/PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	11.264.443	10.584.960
Renda Fixa	11.538.887	9.251.245			
Renda Variável	3.308.235	2.674.633	FUNDOS	5.393.389	3.298.531
Imóveis	1.575.464	1.561.807			
Empréstimos / Financiamentos	868.677	798.721	EQUILÍBRIO TÉCNICO	243.431	243.431
Outras	25.882	34.242	Resultados Realizados	243.431	243.431
			Superávit Técnico Acumulado	243.431	243.431
BENS DE USO PRÓPRIO	31.216	26.935	(-) Déficit Técnico Acumulado	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(+) CONTRIBUIÇÕES	239.776	4.426.779
(-) BENEFÍCIOS	(568.201)	(1.828.302)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	3.235.042	2.428.401
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	2.906.617	5.026.877
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(40.646)	(40.954)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(91.632)	(74.141)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(679.482)	(1.692.909)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(2.094.857)	(3.218.874)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-	-

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:

O REG/REPLAN obteve, neste exercício, rentabilidade de 22,87 % (21,55% em 2003) em seus ativos de investimentos.

O resultado apurado na carteira de Renda Fixa destaca-se pela variação do CDI Over que, em 2004, variou de 16,26 % para 17,76% a.a. (24,82% para 16,27% a.a. em 2003) no tocante aos FAQ's; pela variação da taxa SELIC que em 2004 variou de 16,50 % para 17,75

Em Renda Variável destaca-se a alta do Ibovespa em 17,74 % (97,10 % em 2003), a reavaliação do ativo Litel - Fundo Carteira Ativa II e a apropriação do direito a receber em consequência a homologação do acordo com Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda (a

A carteira imobiliária foi impactada pela reavaliação de seus ativos, reversão das provisões para perda dos ativos Jequiá / PE (precatório) / Alienação; Global Shopping e Cuiabá Shopping. Vide nota 7.

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:

Para suportar as despesas inerentes à administração do Plano foram considerados como fontes de custeio os recursos provenientes dos seguintes programas:

a) Programa Previdencial: 8 % sobre as contribuições normais da patrocinadora e dos associados ativos

b) Programa de Investimentos: custeia o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

	2004	2003
Progr.Administrativa (Rec/Desp/Conting.)	(40.646)	(40.954)
Custeio previdencial	19.302	20.321
Custeio investimentos	21.002	19.704
Remuneração do Fdo Administrativo	7.464	8.023

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DE
DEZEMBRO DE 2004 E 2003 - REB**CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
DISPONÍVEL	2	1	Exigível Operacional	6.516	937
			Programa Previdencial	723	426
			Programa Assistencial	-	-
			Programa Administrativo	5.503	260
			Programa de Investimentos	290	251
REALIZÁVEL	689.384	611.663	Exigível Contingencial	2.972	-
Programa Previdencial	6.231	1.622	Programa Previdencial	2.949	-
Programa Administrativo	4.974	385	Programa Investimento	23	-
Programa de Investimentos	678.179	609.656	Reserva Técnica	588.368	527.420
Renda Fixa	666.080	603.041	Provisões Matemáticas	588.368	527.420
Operações com Participantes	12.099	6.615	Benefícios Concedidos	540.266	496.061
			Benefícios a Conceder	48.102	31.359
			Reservas E Fundos	91.530	83.307
			Equilíbrio Técnico	72.898	72.898
			Resultados Realizados	72.898	72.898
			Superavit Técnico Acumul.	72.898	72.898
			Fundos	18.632	10.409
			Programa Previdencial	13.525	7.950
			Programa Administrativo	5.107	2.459
TOTAL DO ATIVO	689.386	611.664	Total Do Passivo	689.386	611.664

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DFBRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 - REB**CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

	CONTAS	DEZ/04	DEZ/03
	Programa Previdencial		
(+)	Recursos Coletados	24.202	581.155
(-)	Recursos Utilizados	(55.534)	(74.774)
(-/+)	Const/reversões De Contingencias	(2.949)	-
(-)	Custeio Administrativo	(4.824)	(1.469)
(-/+)	Resultados Dos Invest. Previdenciais	105.628	83.704
(-/+)	Constituições/reversões De Provisões Atuariais	(60.948)	(508.816)
(-/+)	Constituições/reversões De Fundos	(5.576)	(6.763)
(=)	Superavit/deficit Técnico Do Exercício	(0)	73.037
	Programa Administrativo		
(+)	Recursos Oriundos De Outros Programas	5.360	1.485
(-)	Despesas	(3.221)	(93)
(+/-)	Resultados Dos Invest. Administrativos	509	276
(=)	Constituições/reversões De Fundos	2.648	1.668
	Programa De Investimentos		
(+/-)	Renda Fixa	106.613	84.541
(+/-)	Operações Com Participantes	1.577	323
(+/-)	Relacionados Com Tributos	(1.494)	(869)
(-/+)	Const/reversões De Contingências	(23)	-
(-)	Custeio Administrativo	(537)	(15)
(+/-)	Resultados Recebidos/transf. De Outros Programas	(106.136)	(83.980)
(=)	Constituições/reversões De Fundos	-	-

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DFBRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO - REB

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

	DISCRIMINAÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(+/-)	PROGRAMA PREVIDENCIAL	(35.643)	505.179
(+)	Entradas	24.202	581.155
(+)	Recursos Coletados	24.202	581.155
(-)	Saídas	(59.845)	(75.976)
(-)	Recursos Utilizados	(55.533)	(74.774)
(+)	Utilizações a Pagar	463	11
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(4.775)	(1.213)
(+/-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(2.569)	(198)
(-)	Saídas	(2.569)	(198)
(-)	Despesas	(3.221)	(93)
(+)	Despesas a Pagar	5.241	251
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(4.589)	(356)
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	38.213	(504.980)
(+/-)	Renda Fixa	43.574	(498.030)
(+/-)	Operações com Participantes	(3.956)	(6.145)
(+/-)	Relacionados com Tributos	(1.405)	(805)
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	1	1

(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	1	1
-----	--------------------------------------	----------	----------

(-)	DISPONÍVEL INICIAL	1	-
(+)	DISPONÍVEL FINAL	2	1

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5
alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL - REB

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
ATIVO	689.386	611.664	PASSIVO	689.386	611.664
DISPONÍVEL	2	1	CONTAS A PAGAR	6.516	937
CONTAS A RECEBER	11.205	2.007	VALORES EM LITÍGIO	2.972	-
APLICAÇÕES	678.179	609.656	COMPROMISSOS C/PARTICIPANTES		
Renda Fixa	666.080	603.041	E ASSISTIDOS	588.368	527.420
Empréstimos	12.099	6.615	FUNDOS	18.632	10.409
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	72.898	72.898
			Resultado Realizados	72.898	72.898
			Superávit Técnico Acumulado	72.898	72.898
			(-)Déficit Técnico Acumulado	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(+) CONTRIBUIÇÕES	24.202	581.155
(-) BENEFÍCIOS	(55.534)	(74.774)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	106.697	83.995
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	75.365	590.376
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(3.221)	(93)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(2.972)	-
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(60.948)	(508.816)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(8.224)	(8.430)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0	73.037

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:

O REB obteve, neste exercício, rentabilidade de 17,99 % (29,02 % em 2003) em seus ativos de investimentos.

O resultado apurado na carteira de Renda Fixa destaca-se pela variação do CDI Over que, em 2004, variou de 16,26 % para 17,76 % a.a. (24,82 % para 16,27 % a.a. em 2003) no tocante aos FAQ's; pela variação da taxa SELIC que em 2004 variou de 16,50 % para 17,75

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:

Para suportar as despesas inerentes à administração do Plano foram considerados como fontes de custeio os recursos provenientes dos seguintes programas:

REB 1998 - a) Programa Previdencial: 15 % sobre as contribuições normais da patrocinadora e a taxa de administração dos participantes assistidos (2% sobre os benefícios).

REB 2002 - a) Programa Previdencial: 15 % sobre as contribuições normais (participantes ativos e patrocinadora)

REB1998 / 2002 - b) Programa de Investimentos: custeou o Programa Administrativo de Investimentos em sua totalidade.

	2004	2003
Despesa Administrativa	(3.221)	(93)
Custeio previdencial	4.824	1.469
Custeio investimentos	537	16
Remuneração do Fdo Administrativo	509	276

O incremento na despesa administrativa de 2004 comparada a 2003 foi motivada pelo critério de rateio das despesas administrativas, comuns aos planos, implementado neste exercício. Vide nota 3, letra "o".

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5
alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/O-S-DF

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DE DEZEMBRO
DE 2004 E 2003 - CLUBE IMOBILIÁRIO**CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
DISPONÍVEL	-	-	EXIGÍVEL OPERACIONAL	98	101
REALIZÁVEL	2.041	10.182	Programa assistencial	96	95
Programa administrativo	1	1	Programa administrativo	2	6
Programa de investimentos	2.040	10.181	Exigível contingencial	13	-
Renda fixa	2.040		Programa assistencial	13	-
			Reservas e fundos	1.930	10.081
			Fundos	1.930	10.081
			Programa assistencial	1.930	10.081
TOTAL DO ATIVO	2.041	10.182	TOTAL DO PASSIVO	2.041	10.182

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02
Brasília, 31 de dezembro de 2004GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DFBRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE DEZEMBRO
DE 2004 E 2003 - CLUBE IMOBILIÁRIO**CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

	CONTAS	DEZ/04	DEZ/03
	PROGRAMA ASSISTENCIAL		
(-)	RECURSOS UTILIZADOS	(8.768)	(97)
(-/+)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	(1)	(12)
(+/-)	RESULTADOS DOS INVEST. ASSISTENCIAIS	618	2.331
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	(8.151)	2.222
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	618	2.331
(+/-)	RENDA FIXA	619	2.331
(+/-)	RELACIONADOS COM TRIBUTOS	(1)	(0)
(+/-)	RESULTADOS RECEBIDOS/TRANSF. DE OUTROS PROGRAMAS	(618)	(2.331)
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	-	-

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02
Brasília, 31 de dezembro de 2004GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DFBRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO
CLUBE IMOBILIÁRIO**CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

	DISCRIMINAÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(+/-)	PROGRAMA ASSISTENCIAL	(8.754)	(104)
(+)	Entradas	13	-
(+)	Constituições/Reversões de Contingências	13	-
(-)	Saídas	(8.767)	(104)
(-)	Recursos Utilizados	(8.767)	(96)
(+)	Utilizações a Pagar	-	4
(-)	Utilizações Futuras	-	-
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	-
(-)	Constituições/Reversões de Contingências	-	(12)
(-)	Operações Transitórias	-	-
(+/-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(5)	(3)
(+)	Despesas a Pagar	(5)	(2)
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	(1)
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	8.759	107
(+/-)	Renda Fixa	8.759	107
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	-	-

(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-	-
-----	--------------------------------------	---	---

(-)	DISPONÍVEL INICIAL	-	-
(+)	DISPONÍVEL FINAL	-	-

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02

Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DFBRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF



DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA ASSISTENCIAL CLUBE IMOBILIÁRIO

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
ATIVO	2.041	10.182	PASSIVO	2.041	10.182
CONTAS A RECEBER	0	1	CONTAS A PAGAR	98	101
APLICAÇÕES	2.041	10.181	VALORES EM LITÍGIO	13	-
Renda Fixa	2.041	10.181	FUNDOS	1.930	10.081

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(-) BENEFÍCIOS	(8.768)	(97)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	618	2.331
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	(8.150)	2.234
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(1)	(12)
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(8.151)	2.222

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:

O Clube Imobiliário obteve, neste exercício, rentabilidade de 14,69 % (29,50% em 2003) em seus ativos de investimentos.
O resultado apurado na carteira de FAQ - Renda Fixa foi consequência da variação do CDI entre 16,26 % a 17,76% a.a. em 2004 (24,82% a 16,27% a.a. em 2003).

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:

Plano sem custeio administrativo.
As despesas incorridas são registradas no Programa Assistencial
Plano em fase de extinção (Vide nota 5, letra a)

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02
Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

BALANÇOS PATRIMONIAIS DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 AUXILIO - PECÚLIO

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
Disponível	-	-	Exigível operacional	-	-
Realizável	-	546	Programa assistencial	-	-
Programa administrativo	-	-	Programa administrativo	-	-
Programa de investimento	-	546	Exigível contingencial	-	-
Renda fixa	-	546	Programa assistencial	-	-
			Reservas e fundos	-	546
			Fundos	-	546
			Programa assistencial	-	546
TOTAL DO ATIVO	-	546	TOTAL DO PASSIVO	-	546

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02
Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 - AUXILIO - PECÚLIO

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

	CONTAS	DEZ/04	DEZ/03
	PROGRAMA ASSISTENCIAL		
(-)	RECURSOS UTILIZADOS	(592)	(4)
(-/+)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	-	0
(+/-)	RESULTADOS DOS INVEST. ASSISTENCIAIS	47	104
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	(545)	100
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-)	RENTA FIXA	47	104
(+/-)	RELACIONADOS COM TRIBUTOS	-	-
(+/-)	RESULTADOS RECEBIDOS/TRANSF. DE OUTROS PROGRAMAS	(47)	(104)
(=)	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	-	-

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02
Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO AUXÍLIO - PECÚLIO

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

	DISCRIMINAÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(+/-)	PROGRAMA ASSISTENCIAL	(592)	(4)
(-)	Saídas	(592)	(4)
(-)	Recursos Utilizados	(592)	(4)
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	592	4
(+/-)	Renda Fixa	592	4
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	0	0
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-	-
(-)	DISPONÍVEL INICIAL	-	-
(+)	DISPONÍVEL FINAL	-	-

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02
Brasília, 31 de dezembro de 2004

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA ASSISTENCIAL - AUXÍLIO - PECÚLIO

CGC 00.436.923/0001-90
R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	DEZ/04	DEZ/03	PASSIVO	DEZ/04	DEZ/03
ATIVO	-	545	PASSIVO	-	546
DISPONÍVEL	-	-	CONTAS A PAGAR	-	-
CONTAS A RECEBER	-	-	VALORES EM LITÍGIO	-	-
APLICAÇÕES	-	545			
Renda Fixa	-	546	FUNDOS	-	546

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	DEZ/04	DEZ/03
(-) BENEFÍCIOS	(592,00)	(4)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	47,00	104
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	(545,00)	100
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	545,00	100

Valores em R\$ Mil, de acordo com a Resolução CGPC nº 5 alterada pela nº 10 de 05/07/02
Brasília, 31 de dezembro de 2004

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO:

O auxílio-pecúlio obteve rentabilidade de 8,61% até agosto de 2004 (mês de devolução dos recursos à CAIXA) e 23,40% em 2003

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO:

- Plano sem Custeio Administrativo;
- Plano extinto.

GUILHERME NARCISO DE LACERDA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 142.475.006-78

DEMOSTHENES MARQUES
DIRETOR DE FINANÇAS
CPF: 468.327.930-49

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF: 037.302.708-77

JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
DIRETOR IMOBILIÁRIO
CPF: 545.270.587-20

CARLOS ALBERTO CASER
DIRETOR DE CONTROLADORIA
CPF: 620.985.947-04

JOSÉ LINO FONTANA
GERENTE EXECUTIVO - DICON / GECOP
CRC: ES-12051/0-2/0-S-DF

BRICIA FERRAZ ZINATO PETRA DE BARROS
COORDENADORA DA CONTABILIDADE - DICON / GECOP
CRC: MG - 067.993/0-3T-DF



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores da
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais
Brasília - DF

1 - Examinamos os balanços patrimoniais da FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e as respectivas demonstrações de resultados e dos fluxos financeiros, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da FUNCEF; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela adminis-

tração da FUNCEF, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 - As provisões matemáticas, reservas e fundos, referentes a 31 de dezembro de 2004, foram determinados com base em cálculos atuariais, efetuados por atuário interno e revisadas por atuário externo (em 2003 foram calculadas por atuário externo). Nossa opinião, nos pareceres dos respectivos atuários externos.

4 - Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres dos atuários externos, conforme mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais em 31 de dezembro de 2004 e 2003, os resultados de suas operações e as modificações na sua posição financeira, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11a, a FUNCEF iniciou em fevereiro de 2002 a migração dos seus participantes assistidos e parti-



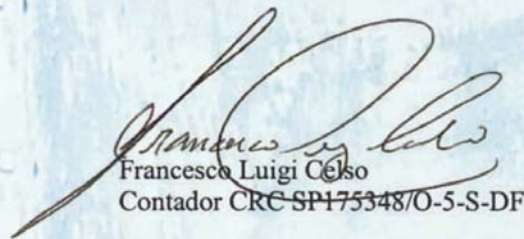
participantes do plano de benefício definido (REPLAN) para o de contribuição definida (REB). Durante o período de adesão dos participantes que optaram pelo novo plano (REB), foram impetradas ações judiciais contestando a legalidade do processo de migração de plano e adequações nos planos de benefícios existentes, que ainda estão aguardando o julgamento de mérito. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos a respeito do desafio final favorável ao processo de migração do plano, calculou e registrou as provisões matemáticas, considerando as premissas atuariais do novo plano (REB).

6 - Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, no exercício de 2003 foi firmado o acordo com a patrocinadora (CAIXA), que resultou na liquidação da dívida com a FUNCEF. No âmbito do referido acordo, foram definidas certas alterações nos planos de benefícios dos participantes que conjugadas com a intenção da Administração de promover alterações adicionais nos planos de benefícios, àquelas estabelecidas no mencionado acordo, resultou no processo de elaboração de um novo plano, que ainda não foi concluído e aprovado. Entretanto, a Administração,

com o objetivo de reservar recursos para a cobertura dos ajustes nas reservas técnicas, decorrentes desse novo plano, constituiu um fundo no valor de R\$ 5,3 bilhões, em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 3,4 bilhões, em 31 de dezembro de 2003).

1º de março de 2005

KPMG Auditores independentes
CRC SP 014428/O-6-F-DF



Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP 175348/O-5-S-DF

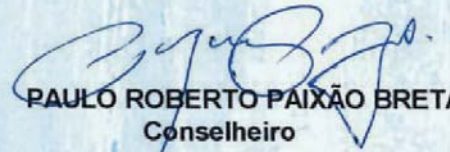
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, apreciando a matéria, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 14 do estatuto da FUNCEF e considerando o contido nos Pareceres do auditor externo, KPMG Auditores Independentes, do atuário interno, que foram certificados pela RODARTE consultoria em Estatísticas e Seguridade Ltda., conforme Relatório RODARTE/FUNCEF N° 001/05 e do Conselho Fiscal da FUNCEF e, uma vez que os dados refletem adequadamente a posição patrimonial da FUNCEF, **resolveu aprovar** o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados e os Fluxos Financeiros, bem como as notas explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

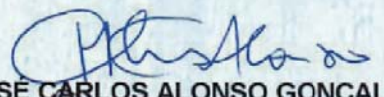
Brasília, 07 de março de 2005


JOÃO ALDEMIR DORNELLES
Presidente


FRANCISCA DE ASSIS ARAÚJO SILVA
Conselheira


PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS
Conselheiro


ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO
Conselheiro


JOSÉ CARLOS ALONSO GONÇALVES
Conselheiro


TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY
Conselheiro



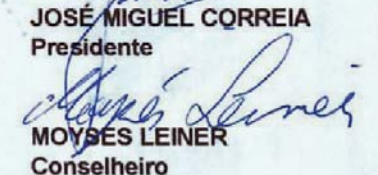
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais, nos termos do inciso II do artigo 18 do Estatuto da FUNCEF, examinou o Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2004; bem com as Demonstrações de resultados e de Fluxos Financeiros; as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; além do DRAA - Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial dos Planos de Benefícios - REG/REPLAN e REB, que inclui, entre outras informações, o novo Plano de Custeio dos referidos planos de benefícios para o ano de 2005. Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício e à vista dos pareceres do atuário interno, que foram certificados pelo RODARTE Consultoria em Estatística e seguridade Ltda. , conforme relatório RODARTE/FUNCEF N° 001/05, e da KPMG Auditores Independentes, o Conselho é de opinião que os atos dos administradores por eles examinados, consideradas as recomendações efetuadas para melhoria dos controles internos e da gestão da entidade, foram praticados de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial, do resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2004, razão pela qual se manifesta favorável à sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais.

Brasília, 04 de março de 2005



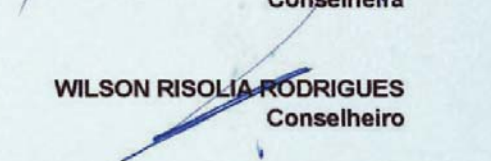
JOSÉ MIGUEL CORREIA
Presidente



MOYSES LEINER
Conselheiro



CLARICE COPPETTI
Conselheira



WILSON RISOLIA RODRIGUES
Conselheiro


Conselho Deliberativo:

João Aldemir Dornelles – presidente
 Paulo Roberto Paixão Bretas
 Tarcísio José Massote de Godoy
 Antônio Bráulio de Carvalho
 Francisca de Assis Araújo Silva
 José Carlos Alonso Gonçalves

Suplentes:

Marcos José Rodrigues Torres - a partir de 05/07/04
 (Wilson Risolia Rodrigues até 05/07/04)
 Carlos Augusto Borges - a partir de 05/07/04
 (Alexandre Parisi até 05/07/04)
 Paulo Fontoura Valle
 Francisco Erismar da Silva

Conselho Fiscal:

José Miguel Correia – presidente
 Clarice Coppetti – a partir de 05/07/04
 (Marcos José Rodrigues Torres até 05/07/04)
 Wilson Risolia Rodrigues – a partir de 05/07/04
 (Ralf Barquete Santos até 03/06/04)
 Moyses Leiner

Suplentes:

Marcelo Montanha da Silva,
 Alfredo Martins Reis – a partir de 05/08/04
 (Marcus Antônio Tofanelli até 04/08/04)
 Marco Antônio Pereira da Cunha – a partir de 05/08/04
 (José Adroaldo Gonçalves até 04/08/04)
 Cláudio Moraes Soares

Diretoria Executiva:

Guilherme Narciso de Lacerda – Diretor-Presidente
 Carlos Alberto Caser – Diretor de Controladoria
 Demosthenes Marques – Diretor de Finanças a partir de 06/07/04
 (Luiz Afonso Simoens da Silva até 01/07/04)
 Jorge Luiz de Souza Arraes – Diretor Imobiliário a partir 06/07/04
 (José Renato Corrêa de Lima até 05/06/04)
 Sérgio Francisco da Silva – Diretor de Benefícios e Administração

Coordenação e responsabilidade editorial:

Luiz Alberto Moreira Guilhermino – Assessor de Imprensa
 Jornalista Profissional MG02026JP

Edição:

Ronaldo de Moura

Textos:

Pedro Henrique Barreto

Revisão:

Joíra Furquim

Foto da Capa:

Augusto Coelho

Fotos:

Américo Vermelho, Augusto Coelho, Luís Fortes
 e Arquivo FUNCEF

Projeto Gráfico:

Wagner Ulisses

Capa:

Érika Yoda e Wagner Ulisses

Produção Editorial:

Impressão:

Esdeva Indústria Gráfica

Tiragem:

10.000

A FUNCEF E VOCÊ

Investindo a cada ano
para atendê-lo melhor

2004

NÚMERO DE APOSENTADORIAS E
PENSÕES CONCEDIDAS

1.677

VALOR PAGO EM
APOSENTADORIAS E PENSÕES

R\$ 624 milhões

ACESSOS AO 0800

110 mil

ACESSOS AO SITE

500 mil

E-MAILS RECEBIDOS

12 mil

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

40.412 novos contratos
e/ou renovações

VALOR TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS

R\$ 532 milhões

ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

10.466 contratos

VALOR LIBERADO DA
ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

R\$ 10 milhões



www.funcef.com.br



Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF

SCN, Quadra 2, Bloco A, 12º e 13º andares
Edifício Corporate Financial Center
70712-900 – Brasília – DF